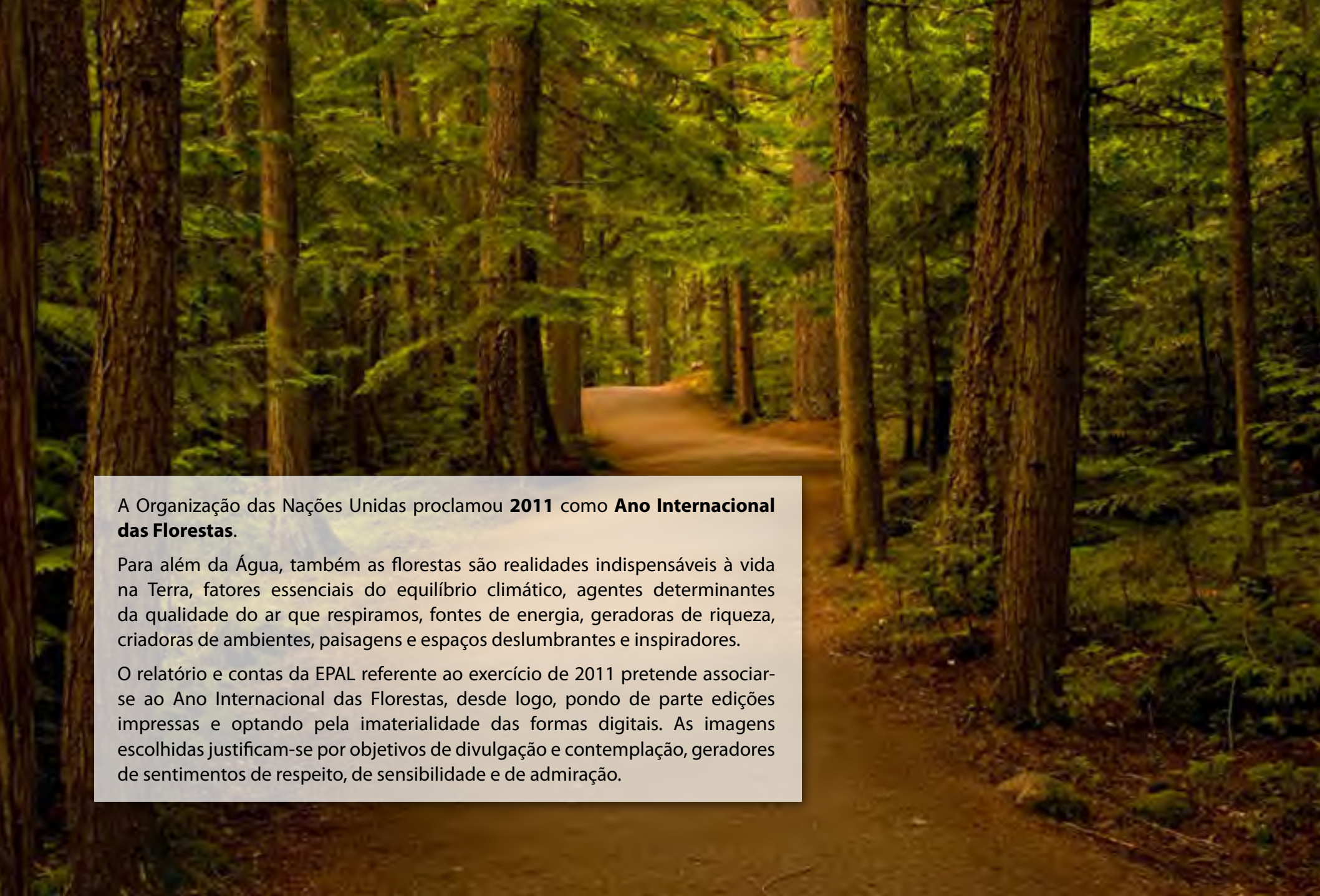




Relatório e Contas 2011

Relatório e Contas 2011





A Organização das Nações Unidas proclamou **2011** como **Ano Internacional das Florestas**.

Para além da Água, também as florestas são realidades indispensáveis à vida na Terra, fatores essenciais do equilíbrio climático, agentes determinantes da qualidade do ar que respiramos, fontes de energia, geradoras de riqueza, criadoras de ambientes, paisagens e espaços deslumbrantes e inspiradores.

O relatório e contas da EPAL referente ao exercício de 2011 pretende associar-se ao Ano Internacional das Florestas, desde logo, pondo de parte edições impressas e optando pela imaterialidade das formas digitais. As imagens escolhidas justificam-se por objetivos de divulgação e contemplação, geradores de sentimentos de respeito, de sensibilidade e de admiração.

Índice



1	Mensagem do Presidente	5	Adução	40
2	Indicadores	6	Distribuição	41
3	A EPAL	7	Qualidade	42
	Missão, Visão e Valores	8	5 OS CLIENTES	47
	Objetivos da Empresa	11	Área e População Servida	48
	Acionista	12	Tipos de Clientes	49
	Órgãos Sociais	13	Prestação de Serviços	51
	Estrutura Orgânica	17	Atendimento	53
	Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesses	18	Fiabilidade do Serviço	54
	Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	19	Eficácia do Serviço	56
	Gestão de Riscos	20	Reclamações	57
	Investimento	23	Índice de Satisfação	58
	Aquisição de Bens e Serviços	26	Outros Serviços	59
	Legislação Relevante e Normas Internas	29	AQUAmatrix	60
	Protocolos Celebrados em 2011	32	6 AS PESSOAS	61
	Divulgação de Informação	34	Princípios orientadores da gestão	62
	Existência de Sistema de Controlo	34	Número de Trabalhadores	62
4	O PRODUTO	35	Movimento de Pessoal	63
	Origens	36	Idade	63
	Água Captada, Produzida, Vendida e não Faturada	37	Antiguidade	64
	Tratamento	39	Níveis Profissionais	65
			Habilitações	65

Índice



Formação	66
Higiene e Segurança	66
Medicina	68
Absentismo	68
Compensações Fixas e Variáveis	69
Benefícios Sociais	69
7 SISTEMAS DE GESTÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	70
Telegestão	71
iMC	71
Aquamatrix	72
SIRE	72
Gestão de Ativos	73
Plano de Segurança da Água	74
Gestão de Situações Críticas	74
Sistema de Informação de Gestão	75
Sistema de Gestão Documental	75
Gestão do Património Histórico	76
Tecnologias de Renovação e Beneficiação	76
Qualidade da Água	77
Energias Renováveis	77
Participação em Projetos Nacionais e Internacionais	78

8 DESEMPENHO FINANCEIRO	80
Principais Indicadores	81
Resultados do Ano	82
Posição Financeira	92
Fundo de Pensões	97
Empresas Participadas	97
9 PERSPETIVAS FUTURAS	98
10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	100
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
12 CONTAS	104
13 ANEXO ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS	110
14 RELATÓRIO FISCAL ÚNICO	153
15 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	156



Mensagem do Presidente

Recém-chegado à EPAL cumpre-me apresentar o Relatório e Contas da empresa relativo ao exercício de 2011. Faço-o com o gosto de quem acaba de receber um testemunho de reconhecido sucesso.

O ano de 2011 ficou marcado pelos excelentes resultados alcançados, para além da melhoria dos indicadores da qualidade do serviço e da satisfação dos clientes, refletindo o notável trabalho desenvolvido pelos colaboradores na prestação de um serviço público de grande importância para a qualidade de vida da população servida.

Registam-se, também, os resultados conseguidos no domínio do programa de redução de custos merecendo ainda, um justo destaque o esforço de redução de perdas na rede de distribuição que, em Lisboa, alcançou já o valor de 10%, referencial que ilustra bem o excelente desempenho alcançado pela empresa.

Estão assim criadas condições para que se possam encarar os desafios futuros com a confiança e a tranquilidade proporcionada pela elevada competência dos colaboradores da EPAL, pela excelência dos diversos fornecedores e pela solidez de uma organização centenária, inserida num grupo de referência como é o Grupo Águas de Portugal.

Indicadores

Atividade	2010	2011
Volume de água vendida (m ³)	213.799.910	210.286.101
Número de Clientes Diretos	349.413	348.790
Número de Clientes Municipais	18	17
Número de Clientes Multimunicipais	2	3
Municípios direta e indiretamente abastecidos	33	34
Número de Consumidores	2.825.444	2.870.314 *
Área Abastecida (Km ²)	6.681	7.090

Conta de Exploração

Proveitos totais de exploração	151.724.796	151.993.470
Resultados Líquidos	45.887.092	42.555.550
EBITDA	86.950.732	86.509.312
EBIT	63.416.648	62.104.579

Demonstração da Posição Financeira

Capital Social	150.000.000	150.000.000
Capital Próprio	506.107.841	524.414.751
Passivo	410.744.347	377.748.109
Ativo Líquido Total	916.852.189	902.162.860
Investimento	23.574.412	11.957.901
Rentabilidade do Capital Próprio (%)	9,07	8,11

* População residente na área abastecida (dados de população com referência à data dos censos)
(dados provisórios)



A EPAL



Missão

A prestação de serviços de água e a gestão sustentável do ciclo urbano da água, ao longo da sua sequência de atividades e negócios



Visão

Ser empresa de referência no setor da água em Portugal
Orientar-se pelas melhores práticas internacionais

Valores

A Qualidade, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência

A Responsabilidade Social na prestação dos serviços públicos essenciais

A Sustentabilidade e os propósitos que lhe são inerentes, de Eficiência na Gestão, da Defesa e Proteção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade

A Orientação para o Cliente, razão de ser da empresa

A Integridade e Transparência no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas

A Competência e Rigor na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a confiança como princípio de relação entre a EPAL e os diferentes públicos de relacionamento

O Respeito e a Prática da Legalidade

A Melhoria Contínua da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade

Objetivos da EPAL para 2011

Indicador	Objetivo	Realização
Plano de Redução de Gastos aplicável ao SEE Redução de FSE e Despesas com Pessoal face ao real de 2009	15,0%	18,9%
Gastos operacionais/EBITDA	115%	104%
Água não faturada na Rede de Distribuição de Lisboa (Indicador ERSAR)	12,2%	10,0%
Avarias em Conduitas - Projeto Garantia de Serviço (Indicador ERSAR)	30/100km.ano	33/100km.ano

Accionista

Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Accionista único

Capital Social – **434.500.555 euros**

Estrutura Accionista

Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	72,178
Parcaixa, SGPS, S.A.	19,000
Direção Geral do Tesouro (DGT)	8,822
TOTAL	100,00

Orgãos Sociais

Por deliberação unânime da Acionista, de 24 de fevereiro de 2012, foram eleitos novos órgãos sociais com a seguinte composição:

Assembleia-Geral

Presidente	AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, Carlos Alberto Dias Teixeira
Vice-presidente	Ana Cristina Rebelo Pereira
Secretária	Alexandra Varandas

- A mesa da assembleia-geral foi eleita para o triénio 2012-2014
- A assembleia-geral reuniu a 24 de março e 11 de junho de 2011
- A remuneração dos membros da mesa, aprovada pela Comissão de Vencimentos da empresa em maio de 2006, manteve-se inalterada



Conselho de Administração

Órgão executivo da sociedade, constituído por três membros:

Presidente Executivo	José Manuel Leitão Sardinha
Vogal Executivo	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Vogal Executivo	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

- Eleito para o triénio 2012-2014
- O CA que cessou funções a 24 de fevereiro de 2012 reuniu 36 vezes em 2011
- A remuneração fixa dos membros do CA manteve-se inalterada desde 2004
- Não foram pagas, em 2011, quaisquer remunerações variáveis

Em reunião de 29 de fevereiro de 2012, foram definidos os seguintes pelouros:

Presidente – Eng. José Manuel Leitão Sardinha

- SG – Secretário Geral
- PCG – Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
- DSO – Gabinete de Desenvolvimento Organizacional
- GIC – Gabinete de Imagem e Comunicação
- JUR – Gabinete Jurídico
- AUD – Gabinete de Auditoria Interna
- DOP – Direção de Operações

Vogal – Dr^a. Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- DGO – Direção de Gestão de Obras
- DIR – Direção de Infraestruturas da Rede
- LAB – Direção de Controlo da Qualidade da Água

Vogal – Dr^a. Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

- DRC – Direção de Relação com Clientes
- DAF – Direção Financeira
- DSI – Direção de Sistemas de Informação
- LOG – Direção de Logística
- MDA – Museu da Água
- Jornal “Águas Livres”
- Arquivo Histórico

Fiscal Único Efetivo

Antonio Dias Nabais

Fiscal único suplente: Severo Praxedes Soares

Revisor Oficial de Contas Efetivo

Deloitte & Associados, SROC, SA, OROC nº 43, CMVM nº 231

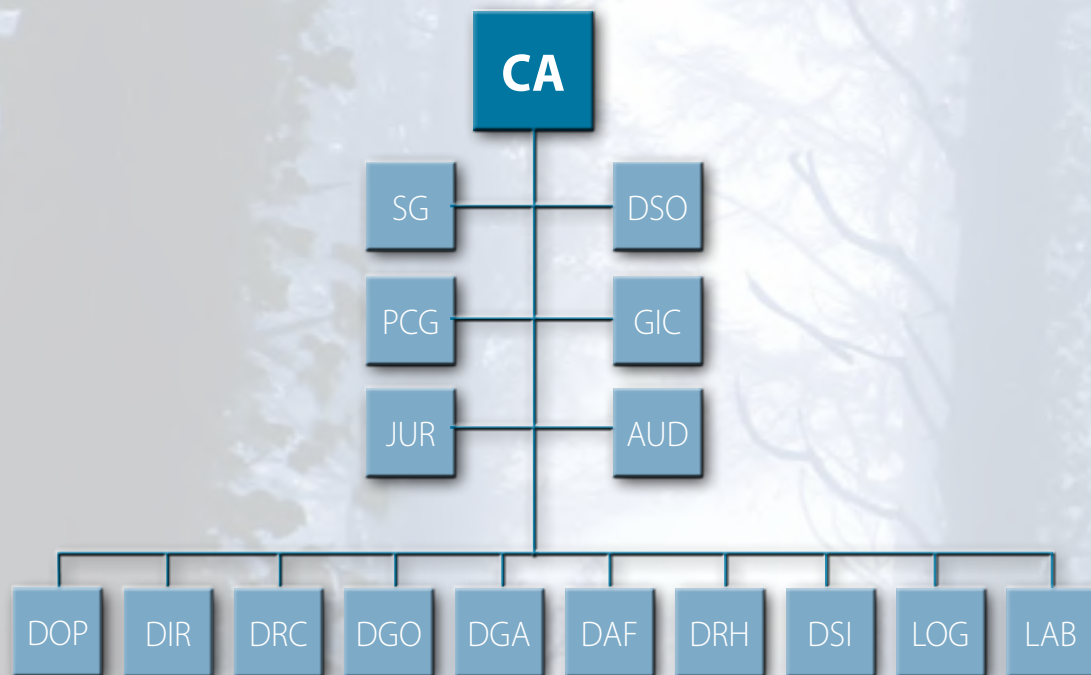
Revisor Oficial de Contas Suplente - Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro, inscrito na OROC com o nº 572

Comissão de Vencimentos

Presidente | Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria

Vogal | Paulo Jorge Pinto da Silva

Estrutura Orgânica



CA Conselho de Administração

SG Secretário-Geral

DSO Gabinete de Desenvolvimento Organizacional

PCG Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão

GIC Gabinete de Imagem e Comunicação

JUR Gabinete Jurídico

AUD Gabinete de Auditoria Interna

DOP Direção de Operações

DIR Direção de Infraestruturas de Rede

DRC Direção de Relação com Clientes

DGO Direção de Gestão de Obras

DGA Direção de Gestão de Ativos

DAF Direção Financeira

DRH Direção de Recursos Humanos

DSI Direção de Sistemas de Informação

LOG Direção de Logística

LAB Direção de Controlo da Qualidade da Água

Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesses

- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Divulgação e adoção do Código de Ética e de Conduta
- Consagração e prática, no relacionamento com as Partes Interessadas, dos valores de:
 - Integridade e transparência
 - Competência e rigor
 - Respeito pela Lei
 - Melhoria contínua
- Existência de processos de auditoria interna e externa autónomos e independentes
- Contratos de comissões de serviço em regime de exclusividade
- Cumprimento rigoroso do Código de Contratação Pública
- Composição organicamente diversificada dos júris constituídos, quer no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, quer nos de aquisição de bens e serviços
- Não intervenção em decisões que envolvam interesses pessoais

Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Foram cumpridos os princípios de Bom Governo definidos na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, nomeadamente os referentes a:

- Divulgação e prossecução da Missão, Objetivos e princípios gerais de atuação da empresa
- Elaboração de planos e orçamentos anuais
- Garantia de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres
- Respeito pelos trabalhadores e promoção da respetiva valorização profissional
- Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos trabalhadores
- Cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis
- Equidade nas relações com Clientes, Fornecedores e restantes partes interessadas
- Existência de Código de Ética e de Conduta
- Condução formalizada e íntegra dos negócios
- Existência de órgãos de administração e de fiscalização com segregação de funções
- Auditorias regulares e sistemáticas às contas
- Manutenção e desenvolvimento de sistemas de controlo adequados, nomeadamente dos riscos associados ao negócio e à empresa
- Divulgação da informação relevante

Gestão de Riscos

Riscos Operacionais

Qualidade da Água

- Risco de consequências adversas para a saúde pública decorrentes de falhas, erros, acidentes ou avarias do processo de abastecimento
- Programa Integrado de Controle de Qualidade da Água que compreende o controle legal, operacional e de vigilância e o controle dos processos de tratamento instalados nas fábricas
- Plano de Segurança da Água, no qual são avaliados os riscos para a saúde do consumidor e os riscos de falta de água, desde a captação até à torneira, com análise exaustiva de todos os perigos existentes e das medidas de controle implementadas

Mitigação

Falha ou indisponibilidade dos ativos

- Pode por em causa a continuidade do abastecimento
- O Sistema de Telegestão assegura a monitorização e operação dos ativos em tempo real
- A identificação dos riscos associados aos ativos informa as estratégias de manutenção e de investimento

Mitigação

Segurança física das instalações

- Riscos de danos causados por situações fortuitas, acidentes, nomeadamente naturais, e ações de terceiros
- A existência de planos de emergência e de esquemas de segurança ao nível da integridade das instalações

Mitigação

Riscos Financeiros

Risco de Liquidez

- Risco de não deter fundos necessários para solver os compromissos assumidos

Mitigação

- Manter um nível confortável de liquidez
- Assegurar uma estrutura financeira sólida, adaptando as fontes de financiamento aos ativos operacionais e de investimento
- Garantir flexibilidade na utilização de linhas de crédito, em montantes adequados ao desenvolvimento normal da atividade

Risco de Taxa de Juro

- Risco de sobre exposição à volatilidade das taxas de mercado e, por outro lado, risco de oportunidade associado à contratação de taxas fixas

Mitigação

- Equilíbrio da dívida a taxa fixa e a taxa variável. No final de 2011: taxa fixa: 52,8% e taxa variável: 47,2%
- Contratação do regime de taxa de juro mais competitivo na data de fixação, após comparação da taxa fixa com a taxa variável mais instrumento de cobertura

Risco de Crédito

- Risco de perdas financeiras, decorrentes do incumprimento dos clientes ou contrapartes

Mitigação

- Avaliação efetuada regularmente, tendo em conta o tipo de crédito, a finalidade e a natureza das operações, nomeadamente através do controlo dos saldos de contas a receber, com base numa avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade

Outros Riscos

Alterações Climáticas

- Risco de afetação da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos disponíveis

Mitigação

- Projeto Adapta Clima, projeto plurianual de investigação para adaptação do ciclo urbano da água a cenários de alterações climáticas com o Grupo de Investigação em Alterações Climáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- Projeto PREPARED, co-financiado pelo 7º Programa Quadro da Comunidade Europeia, que tem como principal objetivo a criação de uma plataforma comum, a nível europeu, de soluções de adaptação às alterações climáticas para as entidades gestoras do sector de abastecimento e saneamento de água

Custos Energéticos

- O peso dos custos energéticos na estrutura de custos da empresa pode não ser recuperável pela via tarifária

Mitigação

- A compra de energia no mercado liberalizado
- Investimento na produção de energia através de fontes renováveis
- Instalação de equipamentos mais eficientes

Regulação Económica

- Insuficiente codificação do modelo regulatório específico da EPAL

Mitigação

- Colaboração e disponibilidade para análise e discussão do modelo regulatório

Regulamentação

- Acréscimo de encargos para a Empresa decorrentes de nova legislação e regulamentação

Mitigação

- Colaboração com as autoridades competentes, emitindo pareceres sobre as novas propostas de legislação ou regulamentação
- A procura contínua da melhoria da eficiência contribui também para a mitigação deste risco

Investimento

euros

2009	2010	2011
26.795.930	23.574.412	11.957.901

Investimento no triénio **62.328.242**

A redução acentuada do volume de investimento em 2011 deve compreender-se no quadro das medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) e da manutenção dos membros do Conselho de Administração no exercício de funções correntes de gestão, uma vez que o respetivo mandato havia terminado em Dezembro de 2010

Grandes Grupos de Investimento

2011

Garantia da Capacidade	3.707.331
Ampliação do Subsistema de Castelo do Bode	2.560.762
Ampliação da Rede de Distribuição	1.087.025
Outros	59.544

Garantia da Fiabilidade e Segurança	6.356.255
Renovação da Rede de Distribuição	2.867.095
Renovação da Rede de Adução	1.427.593
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	850.048
Outros	1.211.519

Garantia da Qualidade	435.039
Novo Laboratório Central	20.031
Outros	415.008

Sustentabilidade e Inovação	192.128
Monitorização e Controlo	38.738
Eficiência Energetica	153.391

Tecnologias de Informação e Comunicação	698.623
Aquamatrix	348.861
Infraestruturas e Telegestão	237.209
Outros	112.553

Outros Investimentos	568.524
Centralização de Funções nos Olivais	77.365
Remodelação do Museu da Água nos Barbadinhos	61.287
Adaptação de Instalações	5.873
Outros	423.999

TOTAL	11.957.901
--------------	-------------------

■ A garantia da capacidade absorveu 31% do investimento no ano e a fiabilidade e segurança 53%

Investimentos em destaque

- Renovação de 14,2 km na rede de distribuição (condutas de distribuição e adutoras), no valor de 2,9 milhões de euros
- Duplicação do Adutor de Castelo do Bode na zona da obra especial da Azambuja, com uma realização de 2,4 milhões de euros
- Recuperação do troço final do Adutor de Castelo do Bode, no montante de 1,2 milhões de euros
- Ampliação de 5,4 km na rede de distribuição, no valor de 1,1 milhões de euros
- Tecnologias de informação e comunicação, no valor de 0,7 milhões de euros

Aquisição de Bens e Serviços

■ Adoção das normas de contratação pública

A empresa adotou e cumpre as normas de contratação pública aplicáveis

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, SA, que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro existe um conjunto padronizado de bens e serviços cuja aquisição se opera através da AdP Serviços Ambientais que funciona como central de compras do Grupo

■ Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Os limites de valor definidos no Código de Contratação Pública para os diferentes tipos de procedimento de aquisição foram assumidos nas práticas da empresa e sistematicamente respeitados

■ Transações relevantes com entidades relacionadas

Empresas do grupo Águas de Portugal	Euros			
	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
Águas de Portugal, SGPS	-	3.271	-	2.715.805
Águas de Portugal Serviços	3.102	-	-	1.094.208
Aquasis	-	-	-	99.130
Águas do Centro	808.857	-	-	-
Águas do Oeste	11.047.060	-	168.539	-
SANEST	-	1.050	-	-
SIMTEJO	144.006	-	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	4.626	-	-
Águas do Algarve	-	96.181	-	-
Águas do Noroeste	477	447	-	-
Águas de Santo André	-	18.627	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	168.215	-	-
EGF	-	-	-	2.974
Valorsul	10.113	-	-	-
Águas de Portugal Internacional	-	-	-	-
	12.013.615	292.417	168.539	3.912.118

Clube de Golfe das Amoreiras

Concessão de um empréstimo no valor de 10.000 euros

- Valor total dos fornecimentos e serviços externos em 2011, incluindo empreitadas

	Euros s/IVA
Investimentos (inclui empreitadas, aquisição de bens e aquisição de serviços)	11.285.974
Fornecimentos e serviços externos (inclui empreitadas, aquisição de bens e aquisição de serviços)	35.142.673
Compras (refere-se a aquisição de bens)	2.961.181

- Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e empreitadas

	Euros c/IVA
ENDESA ENERGIA	11.695.898
Águas de Portugal, SGPS	3.283.076
CME - Construção e Manutenção Eletromecânica	2.693.868
Câmara Municipal de Lisboa	2.533.109
TOMÁS DE OLIVEIRA, empreiteiros	2.346.657
AdP - Águas de Portugal, Serviços Ambientais	1.355.022
MARP - Construções e Instalações Técnicas	1.264.661
GRAVINER	1.262.109
PRESTIBEL - Emp. de Segurança	1.028.396

Legislação Relevante e Normas Internas

Legislação Relevante

- Decreto Regulamentar nº 1-A/2011, de 3 de janeiro
Procede à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social
- Portaria nº 34/2011, de 13 de janeiro
Estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores
- Portaria 57/2011, de 28 de janeiro
Estabelece as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção e os correspondentes valores, e revoga a Portaria nº 21/2010, de 11 de janeiro
- Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de março
Estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2011
- Portaria 97/2011, de 9 de março
Procede à alteração dos vértices e coordenadas de alguns pólos de captação de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público, constantes de perímetros de proteção anteriormente aprovados, nomeadamente os de captações da EPAL
- Lei nº 6/2011, de 10 de março
Procede à terceira alteração à Lei nº 23/96, de 26 de julho, que criou no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais
- Portaria nº 174/2011, de 28 de abril
Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P.

- Decreto-Lei 65-A/2011, de 17 de maio

Constitui as empresas públicas no dever de informar a Direção Geral do Tesouro do valor global das dívidas (certas, líquidas e exigíveis) por pagar há mais de 90 dias (contados do vencimento da fatura ou da emissão da mesma)

- Decreto-Lei 71/2011, de 16 de junho

Estabelece o regime jurídico dos contadores de água

- Decreto-Lei 83/2011, de 20 de junho

Regula a análise da água destinada a consumo humano e revoga o Anexo III do DL 236/98 (respeitante a Métodos Analíticos de Referência para Águas Superficiais)

- Decreto-Lei 84/2011, de 20 de junho

Simplifica o regime jurídico do licenciamento do exercício das atividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas e altera o diploma que o estabelece (DL 133/2005, de 16 de agosto)

- Lei nº 49/2011, de 7 de setembro

Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, a reter pelos empregadores, alterando o CIRS

- Portaria nº 269/2011, de 19 de setembro

Normalização da informação previsional a prestar ao concedente

- Lei nº 53/2011, de 14 de outubro

Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho

- Regulamento (UE) nº 1251/2011 da Comissão, de 30 de novembro de 2011

Modifica os limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos, alterando as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

- Lei nº 61/2011, de 7 de dezembro

Procede à sétima alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei nº 98/97, de 26 de agosto

- Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro

Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária

- Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro

Orçamento do Estado para 2012

Normas Internas

- Actualização da Ordem de Serviço referente à estrutura orgânica da EPAL
- Aprovação de 7 Procedimentos de Gestão relativos ao Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial e ao Plano de Segurança da Água
- Aprovação de Procedimento Administrativo referente ao modelo de custeio do AQUAmatrix
- Aprovação e/ou revisão de 16 Procedimentos Operativos respeitantes ao Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial, às Fábricas de Água e ao Sistema de Gestão da Qualidade de Clientes Diretos
- Aprovação e/ou revisão de 21 Instruções de Trabalho
- Aprovação do Código de Boas Práticas de Higiene no Sistema de Abastecimento
- Aprovação do Regulamento do Arquivo Histórico
- Aprovação dos manuais do Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial, de Gestão dos Eventos de Crise, de Redes Prediais e de Compras
- Aprovação dos Planos Anual de Investimento, de Atividades e Orçamento, de Manutenção e de Controlo da Qualidade da Água e do Programa de Gestão Ambiental

Protocolos Celebrados em 2011

- EPAL / ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade / GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente / Município de Vila de Rei / Município de Abrantes / Município de Ferreira do Zêzere / Município de Figueiró dos Vinhos / Município do Sardoal / Município da Sertã / Município de Tomar

Acordo de comissão de acompanhamento do projeto “Nascentes para a Vida”, celebrado em 2 de março de 2011

- EPAL / EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural
Protocolo de mecenato “Lisboa na Rua”, celebrado em 15 de março de 2011

- EPAL / Junta de Freguesia de S. Nicolau

Protocolo de colaboração para apoio a famílias carenciadas - Isenção de quota de serviço, celebrado em 4 de maio de 2011

- EPAL / SANEST – Saneamento da Costa do Estoril

Acordo de indemnização por constituição de servidão administrativa – Reabilitação do emissário Sassoeiros – Parcela nº 057 – Cascais, celebrado em 6 de maio de 2011

- EPAL / MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

Contrato de apoio mecenático – Coleções de ourivesaria portuguesa, celebrado em 12 de maio de 2011

- EPAL / The European Investment Bank

Contrato para prestação de serviços, celebrado em 6 de junho de 2011

- EPAL / IWA - International Water Association / CNAIA - Comissão Nacional da Associação Internacional da Água

Protocolo de formalização do compromisso de realização do Congresso Mundial da IWA em 2014, celebrado em 21 de junho de 2011

- EPAL / Manuel Pedro Fernandes Bispo
Acordo para instalação de antena da EPAL em Palmela, celebrado em 30 de junho de 2011
- EPAL / João Manuel Migueis Rosa
Cedência temporária de espaços no museu da água – Workshop de teatro para crianças, celebrado em 6 de julho de 2011
- EPAL / Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
Protocolo de cooperação para desenvolvimento de projetos de investigação e de ações de divulgação do saber científico de interesse para a comunidade, celebrado em 8 de julho de 2011
- EPAL / KWR - Watercycle Research Institute
Memorando de entendimento, celebrado em 13 de julho de 2011
- EPAL / Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa
Protocolo de cooperação técnica e científica, celebrado em 29 de julho de 2011
- EPAL / Jorge Manuel Félix Gandum
Contrato de comodato – “Recinto da Palmeira”, celebrado em 25 de agosto de 2011
- EPAL / REFER - Rede Ferroviária Nacional
Protocolo para remoção de estalactites em arco do troço do Vale de Alcântara sobre a linha de cintura, celebrado em 2 de novembro de 2011
- EPAL / Ministério Administração Interna / EDP – Distribuição de Energia / EDP - Renováveis Portugal / REFER - Rede Ferroviária Nacional / PT Comunicações
Protocolo referente ao projeto “Campo Seguro”, celebrado em 16 de novembro de 2011
- EPAL / CML / PORLISBOA
Contrato de financiamento – PORLISBOA – QREN Boavista, celebrado em 20 de setembro de 2011

Divulgação de informação no portal da EPAL e das empresas do SEE

O site da EPAL foi mantido permanentemente atualizado.

De igual modo, foram cumpridos os deveres de prestação de informação nos portais das empresas do Sector Empresarial do Estado.

Existência de sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa

O desempenho da EPAL é orientado por instrumentos previsionais de gestão, sistematicamente elaborados, aprovados, acompanhados e revistos pelos diferentes órgãos e hierarquias da empresa.

Dos planos existentes destacam-se:

- Plano Anual de Investimento
- Plano de Atividades e Orçamento
- Plano de Manutenção
- Plano de Controlo da Qualidade da Água
- Programa de Gestão Ambiental
- Plano Geral da Rede de Distribuição
- Plano Diretor

O Sistema de Informação de Gestão da EPAL compreende relatórios mensais, com a análise e demonstração de resultados do mês, os indicadores das diferentes áreas, nomeadamente de recursos humanos, operacionais e comerciais, a evolução e realização dos investimentos e indicadores das funções de suporte.

Tanto as funções de administração como as de fiscalização estão definidas e confiadas a órgãos distintos e independentes entre si – Conselho de Administração / Fiscal Único, para além de, relativamente à fiscalização, se recorrer a auditorias externas.



© Produto

Origens



Albufeira de Castelo do Bode



Rio Tejo



Alenquer, Lezírias e OTA (subterrâneas)

Água captada, produzida, vendida e não faturada

	2011
Água captada (m³)	234.505.083
Castelo de Bode	156.334.720
Valada Tejo	55.963.950
Capt. Subterrâneas	22.206.413
Água tratada/produzida (m³)	234.213.353
Castelo de Bode	156.328.200
Valada Tejo	55.678.740
Capt. Subterrâneas	22.206.413
Água Vendida (m³)	210.286.101
Clientes Municipais	126.851.459
Clientes Multimunicipais	27.161.071
Clientes Diretos (em Lisboa e fora de Lisboa)	56.273.571
Água não faturada (m³)	24.218.982
Água não faturada na Rede de Distribuição	11.218.589
Água não faturada na Rede de Adução	13.000.393
Água não faturada (%)	10,33%
Água não faturada na Rede de Distribuição	10,02%
Água não faturada na Produção e Transporte	5,54%

Evolução no triénio

	2009	2010	2011	variação 2011/2010	
Água captada (m³)	242.955.512	242.502.220	234.505.083	-7.997.137	-3,3%
Água tratada/produzida (m³)	242.820.859	242.194.160	234.213.353	-7.980.807	-3,3%
Água vendida (m³)	217.085.364	213.799.910	210.286.101	-3.513.809	-1,6%
Água não faturada (m³)	25.870.148	28.702.310	24.218.982	-4.483.328	-15,6%
Água não faturada (%)	10,65%	11,84%	10,33%		

- Mantém-se a tendência de redução progressiva dos volumes anuais de água vendida
- O indicador da água não faturada em 2011 coloca a EPAL numa posição de referência entre as cidades capitais europeias com características semelhantes

Tratamento

■ Estações de Tratamento de Água



Asseiceira



Vale da Pedra

■ Postos de cloragem

20 na área de produção e transporte e **5** na área de distribuição



Adução

■ Comprimento da Rede (km)

710

■ Estações Elevatórias

31

■ Reservatórios

28

■ Pontos de Entrega

128

■ Avarias

2009

2010

2011

Varição
2011/2010

Na Rede de Adução

10

12

3

-9

-75%

Distribuição

■ Comprimento da Rede (km) **1 430**

■ Estações Elevatórias **10**

■ Reservatórios **14**

■ Ramais de ligação **83 555**

■ Zonas altimétricas **4**

■ Avarias

	2010	2011	Variação 2011/2010	
--	------	------	-----------------------	--

Avarias em Conduas (ERSAR)	513	465	-48	-9,36%
----------------------------	-----	-----	-----	--------

Avarias em Conduas/100 Km.Ano	36	33	-3	-9,45%
-------------------------------	----	----	----	--------

Roturas em Ramais	877	833	-44	-5,02%
-------------------	-----	-----	-----	--------

■ ZMC – Implementadas 2 ZMC em 2011, perfazendo um total de 152 ZMC instaladas na cidade de Lisboa

■ Reabilitação e ampliação – Renovação de 14,17 km e 5,39 km de ampliação

Qualidade

Qualidade da Água

O controlo da qualidade da água foi assegurado pelo cumprimento do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL, que compreende o Controlo Legal, definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, o Controlo Operacional/Vigilância e o Controlo dos Processos de Tratamento realizado nas fábricas

Pontos de amostragem

Para efeitos do Controlo Legal são utilizados os seguintes pontos de amostragem:

- 1 248 Pontos nas torneiras de Clientes
- 95 Pontos instalados nos locais de entrega às Entidades Gestoras
- 7 Pontos instalados nas entregas aos Clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras

No Controlo Operacional/Vigilância existem:

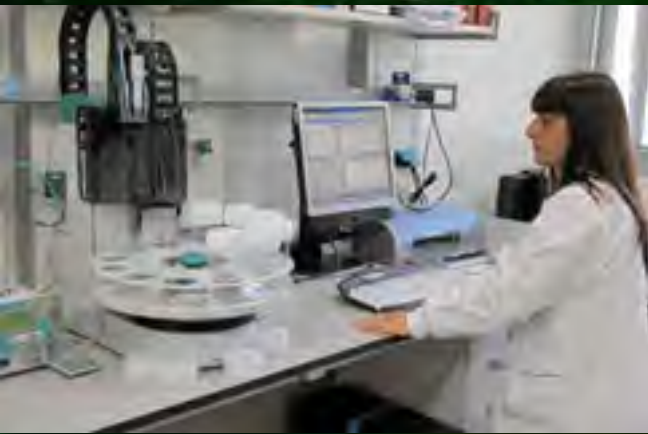
- 180 Pontos fixos na Rede de Distribuição da Cidade de Lisboa
- 57 Pontos no Sistema de Adução e Transporte
- 48 Pontos nas origens de água

Para o Controlo de Processo são utilizados:

- 71 Pontos instalados nas Fábricas da Asseiceira, de Vale da Pedra e na Estação de Descarbonatação de Alenquer

Amostras colhidas e determinações realizadas

- Colhidas 7 466 amostras de água no âmbito do Controlo Legal e Operacional/Vigilância
- Colhidas 26 297 amostras de água no âmbito do Controlo de Processo
- Pesquisados 149 parâmetros e 264 substâncias individualizadas no âmbito do controlo da qualidade da água
- Realizadas 436 960 determinações de substâncias individualizadas
- Decorrentes de reclamações da qualidade da água, de processos de incumprimento de valores de alerta, paramétricos e recomendados e de operações de lavagem e desinfecção de reservatórios e condutas foram recolhidas mais 1 289 amostras que originaram 14 742 determinações



Evolução da Qualidade da Água

■ Nas origens

Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

- A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A1
- Para os parâmetros Coliformes fecais, Coliformes totais, Estreptococos fecais, Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados e Salmonelas integra-se na Classe A2

Rio Tejo - Valada Tejo

- A qualidade da água tem-se mantido estável, com agravamentos pontuais decorrentes de situações de chuva e seca
- Para o parâmetro Temperatura, a água do Rio integra-se na Classe superior a A3
- Quanto aos parâmetros Coliformes totais e Salmonelas na Classe A3
- Para os parâmetros Azoto kjeldahl, Coliformes fecais, Estreptococos fecais e Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados a qualidade da água desta captação integra-se na Classe A2
- Para os restantes parâmetros controlados na Classe A1

Captações subterrâneas

- Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1
- As captações subterrâneas das Lezírias e Valada registaram nos parâmetros Bário e Temperatura, valores que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1. No entanto, são parâmetros que não são considerados no DL nº 306/2007, de 27 de Agosto, relativo à qualidade da água para consumo humano

■ Na Água fornecida/distribuída

Em Lisboa

- Com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, registando-se valores não conformes em 0,18% (30 incumprimentos) do total de determinações de substâncias realizadas
- O número de determinações efetuadas em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,09% de incumprimentos do total de determinações de substâncias realizadas (47 incumprimentos)

A Entidades Gestoras

- Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras, registaram-se 0,02% de valores não conformes (6 incumprimentos)

Comparativamente com o ano 2010, conclui-se que houve uma melhoria na qualidade da água fornecida pela EPAL, evidenciada pela diminuição do número de incumprimentos nas amostras de água colhidas para verificação de requisitos legais e de controlo operacional e de vigilância

Divulgação de Dados

■ Com periodicidade mensal

- No sítio www.epal.pt são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores, rede de distribuição da cidade de Lisboa e pontos de entrega a Entidades Gestoras

■ Trimestralmente

- São publicados na imprensa nacional, os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores
- São enviados às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas nos respetivos pontos de entrega
- Procede-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do fornecimento



Os Clientes

Área e população servida

Área total abastecida (km²)

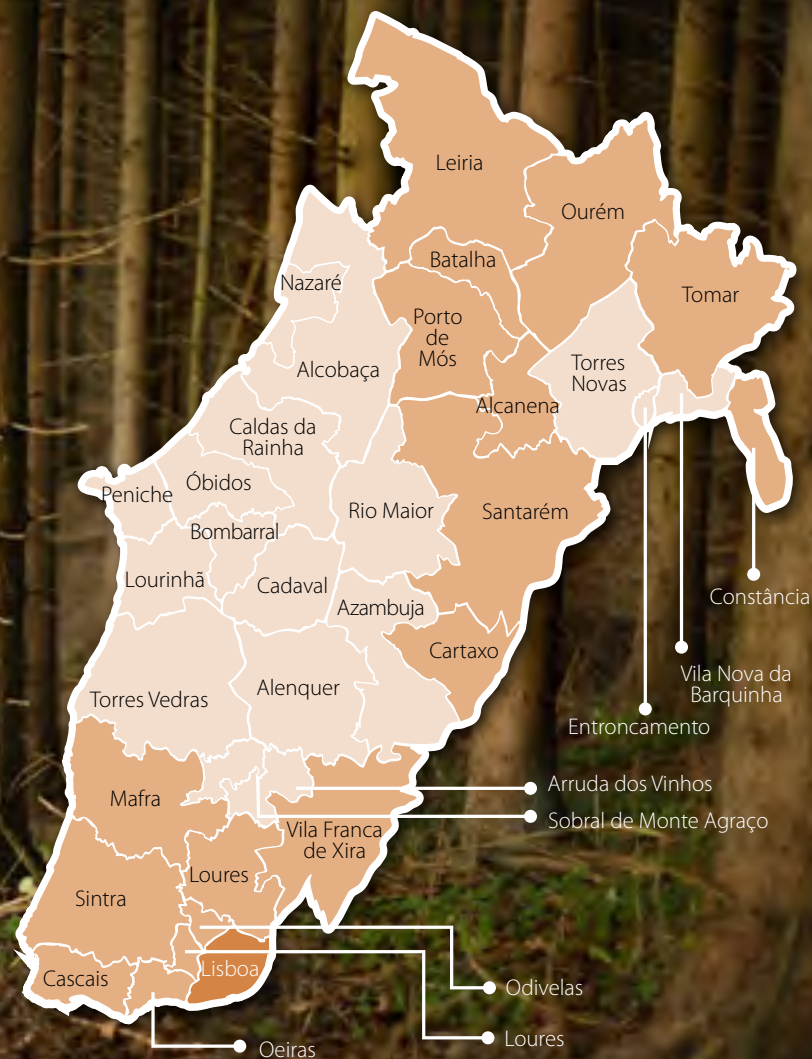
7 090

Lisboa	85
Municípios	7 005

Número total de consumidores

2 870 314

Lisboa	547 631
Municípios	2 322 683



- Clientes Diretos
- Clientes Municipais
- Clientes Multimunicipais

Tipos de clientes

Clientes Diretos

Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	348.790
Domésticos	298.506
Comércio e Indústria	42.943
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	4.624
Instituições Privadas de Direito Público	2.715
Unidades Militares	2

Evolução no triénio

2009	2010	2011	Varição 2011/2010
348.050	349.413	348.790	-623/-0,18%

Clientes Municipais

São **17** os Municípios diretamente abastecidos pela EPAL:

ALCANENA	LEIRIA	PORTO DE MÓS
AMADORA	LOURES	SANTARÉM
BATALHA	MAFRA	SINTRA
CARTAXO	ODIVELAS	TOMAR
CASCAIS	OEIRAS	VILA FRANCA DE XIRA
CONSTANCIA	OURÉM	

Em 2011 a empresa deixou de fornecer diretamente o Município de Torres Novas que passou a integrar o Sistema Multimunicipal da Águas do Ribatejo.

Clientes Multimunicipais

Em 2011 a EPAL forneceu os seguintes Clientes Multimunicipais:

- **Águas do Oeste** que integra no seu sistema 14 Municípios da região, todos abastecidos indiretamente pela EPAL

ALENQUER	CADAVAL	PENICHE
ALCOBAÇA	CALDAS DA RAINHA	RIO MAIOR
ARRUDA DOS VINHOS	LOURINHÃ	SOBRAL DE MONTE AGRAÇO
AZAMBUJA	NAZARÉ	TORRES VEDRAS
BOMBARRAL	ÓBIDOS	

- **Águas do Centro** que abastece com água da EPAL os municípios de

ENTRONCAMENTO	VILA NOVA DA BARQUINHA
---------------	------------------------

- **Águas do Ribatejo** que em 2011 passou a abastecer

TORRES NOVAS

Prestação de serviços

Venda de Água (m³)

Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	56.273.571
Clientes Municipais	126.851.459
Clientes Multimunicipais	27.161.071
Total	210.286.101

Evolução no triénio

	2009	2010	2011	Varição 2011/2010	m ³
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	59.334.931	58.671.774	56.273.571	-2.398.202	-4,1%
Clientes Municipais	136.517.662	132.655.296	126.851.459	-5.803.838	-4,4%
Clientes Multimunicipais	21.232.771	22.472.840	27.161.071	4.688.231	20,9%
Total	217.085.364	213.799.910	210.286.101	-3.513.809	-1,6%

- Em 2011 verificou-se uma diminuição de cerca de 3,5 milhões de m³ de água vendida face ao ano anterior, que corresponde a uma redução de 1,6%
- A evolução das vendas de água revela uma tendência estruturalmente redutora dos consumos

Controlo de débitos

- Valor das cobranças efetuadas em 2011 –199 milhões de euros
- Prazo Médio de Recebimento (excluindo a CML) - 34 dias
- Débitos Vencidos - melhoria de 19% face ao ano anterior. Destaque para a recuperação das dívidas de clientes municipais e multimunicipais, na ordem dos 50% face aos valores do ano anterior
- Em 2011 verificou-se uma redução de cerca de 37% no número de avisos de corte face a 2010
- O número de cortes efetuados foi igualmente inferior, na ordem dos 16% face a 2010

Sistemas de telemetria de grandes clientes

- No final de 2011 estavam instalados 535 Sistemas de Telemetria “iWater” e 246 Sistemas de Telemetria “Ms-Log”, o que permite leituras automáticas dos consumos de 781 grandes clientes

Fatura eletrónica, débito direto e tarifário

- A campanha e-conta da água realizada em 2011, permitiu registar mais 6 000 adesões ao envio eletrónico da fatura, perfazendo cerca de 12 % do total dos Clientes a aderir a este serviço. Das 2.530.000 faturas emitidas pela empresa durante o ano, 10,6% foram enviadas através da e-Conta da água
- Entre as diferentes modalidades de pagamento, o Débito Direto continua a ter expressão crescente, representando já 49% do total das faturas pagas
- Em 2011 não se efectuou actualização tarifária

Atendimento

Contact center

Clientes atendidos **260 747, mais 4 % do que em 2010**

Tempo médio de espera **29 s**

Grau de atendimento **93 %**

Chamadas atendidas até 30 s **76 %**

Atendimento presencial

Clientes atendidos **190 323, menos 13 % face ao ano anterior**

Tempo de espera até 15 m (loja sede) **90 % dos clientes**

Tempo médio de espera (loja sede) **5 m**

Atendimento via postal

Clientes atendidos **12 570, acréscimo de 18 % em comparação com 2010**

Atendimento via Internet

Clientes atendidos **18 134, aumento de 23 % em relação ao ano anterior**

Fiabilidade do serviço, suspensões, projeto garantia de serviço

Suspensões de serviço com impacto em clientes

Por tempo (h) **3.153**

Total Produção e Transporte	337
Programadas	324
Não programadas	13
Total Distribuição	2.816
Programadas	696
Não programadas	2.120

Por quantidade **861**

Total Produção e Transporte	27
Programadas	25
Não programadas	2
Total Distribuição	834
Programadas	170
Não programadas	664

	Evolução no triénio			
	2009	2010	2011	Varição 2011/2010
Por tempo (h)	5.384	4.213	3.153	-1.060 -25,15%
Por quantidade	1.290	1.041	861	-180 -17,29%

Projeto garantia de serviço

- Tem como objetivo identificar e analisar as causas das roturas e implementar as ações necessárias para reduzir o seu número de forma consistente
- Em 2011 a empresa apresentou o seu melhor desempenho de sempre em termos de água não faturada na rede de distribuição, tendo atingido um índice de 10%
- Esta performance positiva é acompanhada pela evolução do número de avarias, que diminuiu para 33 avarias/100km.ano

Eficácia do serviço

	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	
Interrupções serviço > 4h Clientes Municipais	14	17	26	9	52,94%
Interrupções serviço > 4h Clientes Diretos	494	368	287	-81	-22,01%
Interrupções serviço > 12h Clientes Municipais	6	7	12	5	71,43%
Interrupções serviço > 12h Clientes Diretos	25	25	11	-14	-56,00%
Nº de pontos de entrega afetados (>4h)	34	43	45	2	4,65%

Reclamações

Em 2011 a empresa registou 8 011 reclamações, o que representa um acréscimo de 15,4% em relação a 2010. Este aumento deve-se essencialmente a:

- Alteração da periodicidade de emissão de faturas de mensal para bimestral
- Implementação de nova fatura

Distribuição das Reclamações por Categorias/Assuntos

Abastecimento	39,5 %
Faturação	25,3 %
Serviços	17,8 %
Diversos	9,7 %
Incumprimento de prazos	6,8 %
Atendimento	0,8 %
Danos	0,1 %

- 24 % das reclamações foram resolvidas em front-office
- Das reclamações analisadas em back Office, 90% foram resolvidas em menos de 15 dias e 70% tiveram deferimento
- As reclamações escritas representaram cerca de 15% do total de reclamações
- 99,9 % das reclamações escritas foram respondidas em 22 dias úteis
- 64 % dos clientes demonstraram satisfação face à resolução das reclamações apresentadas

Índice de satisfação

A EPAL participou no ECSI – Estudo Nacional de Satisfação de Clientes, sistema de avaliação da qualidade dos bens e serviços de diversos sectores de atividade

A escala de avaliação desenvolve-se de 1 a 10, considerando-se

≤ 4 avaliação negativa

4 - 6 avaliação neutra

≥ 6 avaliação positiva

≥ 8 avaliação muito positiva

Os resultados obtidos pela empresa apresentam-se no quadro seguinte:

Variáveis latentes	EPAL			Sector da Água			"Variação 2010 EPAL - Sector da Água"
	2010	2009	2008	2010	2009	2008	
Imagem	7.79	7.84	7.51	7.78	7.30	7.23	0.01
Expectativas	7.65	7.70	7.04	7.35	7.07	6.87	0.30
Qualidade apercebida	7.98	7.94	7.40	7.73	7.27	7.19	0.25
Valor apercebido	6.90	7.09	6.29	6.49	6.10	5.80	0.41
Satisfação	7.74	7.71	7.32	7.42	7.04	6.84	0.32
Reclamações	7.03	7.13	6.48	6.86	6.46	5.98	0.17
Lealdade	7.29	7.38	6.92	6.88	6.54	6.48	0.41

- Aumento do índice de "satisfação" de clientes de 7,71 para 7,74
- Subida para 7,98 no índice "qualidade apercebida"
- Obtenção de avaliação positiva nas sete variáveis consideradas
- Relativamente à totalidade das variáveis em estudo, a EPAL posiciona-se acima da média do sector.

Outros serviços

Em 2011 foram prestados os seguintes serviços:

Análises Laboratoriais

■ Quantidade de serviços	173
■ Valor faturado	76 281 euros

Reparação de Contadores

■ Quantidade	232
■ Valor faturado	36 619 euros

Monitorização de Redes

■ Quantidade de serviços	37
■ Valor faturado	71 544 euros

AQUAmatrix

■ Desenvolvimento

- Revisto o modelo de funcionamento do Helpdesk, tendo sido tomadas as seguintes medidas:
 - Implementação de um novo Contact Center com horário alargado das 8h00 às 20h00
 - Disponibilização do Service Desk integrado no AQUAmatrix, tendo em vista uma maior transparência nos pedidos de apoio

■ Novos Clientes

- Marinha Grande

■ Número total de Clientes

- 24 entidades que envolvem 43 municípios

■ Quota de Mercado

- Quota estimada de 29% no sector da água



As pessoas

Princípios orientadores da gestão

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação
- Promoção e valorização profissional
- Respeito pela vida pessoal e familiar
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor

Nº de trabalhadores

Homens	541	73%
Mulheres	198	27%
Total	739	100%

	Evolução no triénio			
	2009	2010	2011	Varição 2011/2010
Total	768	746	739	-7 -0,9%

Movimento de pessoal

Entradas	25
Saídas	32
Saídas por reforma	26
Saídas por pré-reforma	0
Saídas por outros motivos	6

Idade

Idade média dos trabalhadores – **46,3**

Estrutura etária

idade - <25	5
idade - 25-34	130
idade - 35-44	162
idade - 45-54	227
idade - >55	215

Evolução no triénio

2009	2010	2011	Variação 2011/2010	
46,4	46,4	46,3	-0,1	-0,2%

Antiguidade

Antiguidade média dos trabalhadores – **20,1**

Trabalhadores por antiguidade	
antiguidade - <2	45
antiguidade - 2-5	65
antiguidade - 6-10	63
antiguidade - 11-20	176
antiguidade - >20	390

- Diminuição de 4,4% dos trabalhadores com mais de 20 anos de antiguidade na empresa
- Os trabalhadores com menos de 2 anos de antiguidade aumentaram 4,7%

Evolução no triénio				
2009	2010	2011	Variação 2011/2010	
20,4	20,2	20,1	-0,1	-0,4%

Níveis profissionais

Quadros superiores	97
Quadros médios	172
Encarregados/mestres	35
Altamente qualificados	131
Qualificados	299
Semi qualificados	5

- Redução de 2,6% dos trabalhadores qualificados em comparação com 2010
- Aumento de 3% dos quadros médios da empresa

Habilitações

Ensino Básico	285
Ensino Secundário	216
Ensino Superior	238

- Mais 14 trabalhadores com o nível de habilitação superior face a 2010, facto que contribuiu para que os trabalhadores enquadrados neste grau de ensino representem 32% do total dos efectivos
- Redução de 28 trabalhadores com o ensino básico

Formação

	Evolução no triénio			
	2009	2010	2011	Varição 2011/2010
N.º de horas de formação	18.128	15.113	14.724	-389 -2,6%
N.º de formandos	1.465	1.164	787	-377 -32,4%
N.º Participantes	468	648	419	-229 -35,3%

- 56,7% dos trabalhadores da empresa participaram em ações de formação
- A formação realizada teve um carácter mais específico e menos transversal, o que explica a redução registada no número de participantes

Higiene e segurança

	Evolução no triénio			
	2009	2010	2011	Varição 2011/2010
Nº total de acidentes de trabalho	19	39	34	-5 -12,8%
Nº de acidentes de trabalho com baixa	11	32	21	-11 -34,4%

- Decréscimo de cerca de 13% do número total de acidentes de trabalho em 2011 relativamente ao ano anterior
- Redução de 34% no número de acidentes de trabalho com baixa médica

Indicadores de Segurança	2009	2010	2011
---------------------------------	-------------	-------------	-------------

TF – Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	15,22	32,08	29,34
--	-------	-------	-------

Tf – Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	8,81	26,32	22,43
---	------	-------	-------

TF = N.º total de acidentes / horas de exposição ao risco X 10⁶

Tf = N.º de acidentes com incapacidade temporária absoluta / horas de exposição ao risco X 10⁶

TG -Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes ocorridos em anos anteriores)	1,16	1,60	1,40
---	------	------	------

Tg – Taxa de gravidade (só do próprio ano)	0,33	1,00	1,24
--	------	------	------

TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores) / horas de exposição ao risco X 10³

Tg = N.º de dias de incapacidade (só do próprio ano) / horas de exposição ao risco X 10³

Medicina

Exames médicos efetuados	936
Consultas estomatologia	1.344
Tratamentos fisioterapia	551
Campanhas de informação/saúde	2

Absentismo

	Evolução no triénio				
	2009	2010	2011	Varição 2011/2010	
Taxa de absentismo	3,85%	4,29%	5,16%	0,87%	
Horas de absentismo	53.483	58.032	67.176	9.144	15,8%

Compensações fixas e variáveis

- Em 2011 não houve aumentos ou incrementos salariais negociados com sindicatos, não houve promoções, nem gratificações ou prémios de desempenho

Benefícios sociais

■ Nº de refeições consumidas	89 367
■ Cabazes de Natal oferecidos	1 841
■ Trabalhadores no ativo	757
■ Trabalhadores reformados e pré-reformados	798
■ Estagiários	6
■ Trabalhadores avançados	20
■ Funcionários da AREPAL	24
■ Prestadores de serviço de contact center e de sistemas de informação	37
■ Prestadores de serviço de limpeza, vigilância e manutenção de espaços verdes	199
■ Nº de pessoas abrangidas pelo seguro de saúde	1 788
■ Trabalhadores no ativo	742
■ Pré-Reformados	129
■ Cônjuges	451
■ Dependentes/Filhos	466
■ Programas de Ocupação de Tempos Livres para filhos de trabalhadores	1 788
■ OTL Infantil e Juvenil - Frequentado por 50 crianças	742
■ OTL Empresa - Frequentado por 48 jovens	129

A multi-tiered waterfall cascading through a lush, green forest. The water flows over several levels of rocks, creating a series of small pools and rapids. The surrounding vegetation is dense and vibrant, with various shades of green and brown. The overall scene is serene and natural.

Sistemas de Gestão, Inovação e Desenvolvimento

Telegestão

- Sistema que assegura a operação e o controlo “on-line” de mais de 170 instalações afetas à produção, transporte e distribuição de água
- Em 2011 procedeu-se à otimização dos processos existentes e à implementação de novas funcionalidades e automatismos de controlo dos parâmetros mais significativos ao longo de todo o sistema de abastecimento de água
- Foi desenvolvida a interação de funcionalidades e automatismos com vista à otimização e redução do consumo de energia na exploração do sistema de abastecimento

iMC

- O iMC – Integração, Monitorização e Controlo é uma aplicação criada e desenvolvida na EPAL, destinada a receber e relacionar os dados transmitidos pelo equipamento instalado nas ZMC para monitorização da Rede de Distribuição
- As ações de desenvolvimento realizadas em 2011 permitiram ao iMC tornar-se a aplicação agregadora de toda a informação de telemetria que se encontrava dispersa por diversos fornecedores de tecnologia e de aplicações

Aquamatrix

- O AQUAmatrix® é uma ferramenta tecnológica integradora da atividade operacional e da gestão comercial da empresa. Concebido e desenvolvido pela EPAL, o AQUAmatrix® é constituído pelo SIGC (sistema de informação de gestão comercial), por sistemas de mobilidade de leituras, serviços e processos de abastecimento, funcionalidades de balcão digital e ainda de uma ferramenta integrada de Business Intelligence. Esta ferramenta integra ainda funcionalidades interface com outros sistemas de informação, nomeadamente ERP, Gestão Documental, GIS, Telemetria e Gestão de Ativos

SIRE

- O SIRE - Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial considera as atividades de captação, tratamento, adução e distribuição e comercialização de água e atividades complementares ou de suporte daquelas, desenvolvidas em toda a área de intervenção da Empresa em território nacional
- O sistema tem por objetivo a certificação da EPAL com referência às ISO9001:2008, ISO14001:2004, OHSAS 18001:2007 e SA8000
- Compreende, ainda, as acreditações dos laboratórios de controlo da qualidade da água e de contadores
- Em 2011, foi assegurada a renovação da certificação ISO14001:2004, foram consolidadas as condições para o alargamento da certificação ISO9001:2008 à totalidade da EPAL e iniciado o projeto de implementação das OSHAS 18001:2007 nas Fábricas de Água da Empresa
- Mantiveram-se as acreditações da totalidade dos laboratórios de controlo da qualidade da água e de contadores

Gestão de Ativos

- Iniciado o levantamento de 74 recintos operacionais da empresa, com vista à hierarquização de intervenções de melhoria
- Realizada a avaliação da estratégia de reabilitação do Aqueduto Alviela
- Certificada a atividade de inspeções pelo referencial ISO9001:2008
- Concluído o estudo de vulnerabilidade sísmica de 2 reservatórios (Telheiras e Vila Franca de Xira),
- Monitorização
 - Desenvolvidos e realizados 37 Projetos de Análise de ZMC (PAZ), abrangendo 353 km de rede, permitindo uma redução de perdas reais equivalente de cerca de 1,358 milhões de metros cúbicos/ano.
- Manutenção de Medidores
 - Em 2011 repararam-se 23 413 contadores
- Manutenção de Equipamentos
 - Cumprido o Plano de Manutenção Preventiva, tendo sido intervencionados os principais equipamentos previstos, nomeadamente grupos eletrobomba, Postos de Cloragem e Postos de Transformação.
- Tendo por base o Modelo Integrado de Gestão de Ativos (MIGA) foi desenvolvido o desenho funcional da aplicação MAXIMO, de acordo com as necessidades das diferentes áreas utilizadoras e foi definido o modelo de dados, tendo sido efetuado o desenvolvimento aplicacional da ferramenta

Plano de Segurança da Água

- Realização do encontro anual com Stakeholders
- Revisão do Plano de Segurança da Água com introdução de melhorias ao nível da tipificação e avaliação dos riscos, da criação de matrizes para avaliação de ativos e da definição de ações para a gestão de riscos

Gestão de Situações Críticas

- Conclusão e aprovação do Manual de Gestão de Crises
- Desenvolvimento de esquemas de segurança ao nível da integridade das instalações e do sistema de abastecimento
- Definição de procedimentos e planos de contingência para resposta a emergências que possam pôr em causa o sistema de abastecimento da empresa ou o fornecimento de água
- Reforço das condições de segurança (Security) nas instalações e infraestruturas críticas da empresa

Sistema de Informação de Gestão

- Sistema estruturado de informação financeira e operacional, com métricas e relatórios para a gestão
 - Os relatórios monitorizam a execução financeira dos gastos, dos rendimentos e dos investimentos, bem como indicadores operacionais do desempenho global da empresa e, em particular, de cada uma das Áreas e são acompanhados por uma análise crítica da atividade
 - Com a periodicidade mensal, para além de um relatório para o Conselho de Administração e de um relatório geral da atividade da empresa, cada uma das áreas tem o seu relatório específico, com os indicadores da sua própria atividade

Sistema de Gestão Documental

- Desenho técnico e funcional de nova aplicação de Gestão Documental, tendo por objetivo o acompanhamento de todo o ciclo de vida dos documentos entrados, gerados e saídos da EPAL

Gestão do Património Histórico

- Conclusão 2ª Fase do AHEPAL - Arquivo Histórico, com o lançamento do portal de pesquisa on-line e a gestão de consultas de trabalhos científicos, edições e pesquisas técnicas
- Restauro de livros, mapas e desenhos, fotografias, pinturas, azulejos e de maquetas de obras da CAL
- Publicação de “O projeto de Louis-Charles Mary para Distribuição de Água na Cidade de Lisboa” e de “Eduardo Nery: Os Desafios do Olhar – Arte Pública na EPAL”
- Acordo mecenático entre a EPAL e o Museu Nacional de Arte Antiga
- Recuperação de um conjunto de elementos escultóricos em pedra calcária

Tecnologias de renovação e beneficiação

- Hydraulic Pipe Bursting - técnica cuja aplicação tem vindo a ser intensificada pela EPAL para condutas de diâmetro DN < 400 mm

Qualidade da água

- Cooperação técnico-científica com a KWR - Watercycle Research Institute, na área da qualidade da água e da gestão de ativos
- Desenvolvimento e implementação de testes a materiais em contacto com a água
- Desenvolvimento do modelo de simulação matemática da evolução morfológica, da propagação de sedimentos e da qualidade da água do rio Zêzere, entre Silvares e a captação da EPAL na Albufeira de Castelo de Bode
- Continuação do projeto de implementação de sondas multi-paramétricas de tecnologia solid-state na cidade de Lisboa

Energias renováveis

■ Energia foto voltaica


No âmbito do programa “Renováveis na Hora” mantiveram-se em funcionamento os sistemas de microgeração fotovoltaica instalados em 12 recintos da empresa, bem como os sistemas de geração fotovoltaica para autoconsumo instalados no edifício do Laboratório Central e no parque de estacionamento da ETA de Asseiceira. No total a EPAL tem capacidade de gerar anualmente cerca de 146.000 kWh provenientes de fonte renovável

■ Energia Eólica

Concluída a monitorização das características eólicas dos Recintos de Á-dos-Bispos e Alto de Carenque, está em curso o estudo de avaliação técnico-económica para a instalação de duas centrais eólicas nos referidos recintos da EPAL

Participação em projetos nacionais e internacionais

- Projeto “AdaptaClima” – Visa adaptar o ciclo urbano da água a cenários de alterações climáticas e dotar a empresa de uma estratégia de médio e longo prazo, cuja implementação permita diminuir as vulnerabilidades das suas atividades. Desenvolvido com o Grupo de Investigação em Alterações Climáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com o Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro e com a EPAL
- Projeto EU “PREPARED Enabling Changes”, co-financiado pelo 7º Programa Quadro da Comunidade Europeia, que tem como principal objetivo a criação de uma plataforma comum, a nível europeu, de soluções de adaptação às alterações climáticas para as entidades gestoras do sector de abastecimento e saneamento de água
- Projeto “Nascentes para a Vida”, iniciativa da EPAL com o apoio do ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, APENA - Associação Portuguesa de Engenharia Natura e o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, com o objetivo de promover e salvaguardar a biodiversidade das ribeiras e zonas húmidas da bacia drenante adjacente à albufeira do Castelo do Bode. Concluído em junho de 2011
- Projeto Seychelles, em regime de consultoria prestada ao BEI – Banco Europeu de Investimento que consistiu na realização de um Programa de Investimentos para a Empresa de Abastecimento de Água das Seicheles (PUC), englobando as vertentes de redução da água não faturada, a gestão da procura de água, a eficiência energética e a adaptação às alterações climáticas
- Projeto SAFEWATER “Desenvolvimento e Validação de Processos Integrados de Tratamento de Água de Consumo em Portugal e Noruega, a decorrer na EPAL em parceria com o IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica, NTNU - Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia, SMAS de Almada e Águas do Algarve

- 
- Projeto FUNGI WATCH: “Benefits and hurdles associated with the presence of fungi in drinking water sources”, com o envolvimento do IBET, Faculdade de Farmácia de Lisboa e EPAL
 - Projeto “SMARTCOMM - Smart Monitoring & pro-Active control for Contamination Mitigation Management”, com vários parceiros internacionais
 - Projeto “LDmicrobiota - O microbiota dos sedimentos dos sistemas de distribuição e a qualidade da água para consumo humano”, em conjunto com o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil e apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia
 - Projeto “ChloriDec - Tecnologia para monitorização em tempo real das taxas de decaimento do cloro em sistemas de abastecimento de Água”, em conjunto com o LNEC e o IST – Instituto Superior Técnico
 - Benchmarking do EBC – European Benchmarking Co-operation, promovido pela VEWIN (Associação de empresas de água Holandesas)



Desempenho Financeiro

Principais indicadores (milhões EUR)

■ O ano 2011 ficou marcado por um desempenho económico muito positivo e a manutenção de uma sólida posição e estrutura financeiras

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
Volume de negócios	149,1	147,5	147,0	(0,5)	-0,3%
Volume de água vendida (milhões m ³)	217,1	213,8	210,0	(3,8)	-1,8%
Resultado líquido	32,7	45,9	42,6	(3,3)	-7,2%
Rendibilidade do volume de negócios (RL/VN)	21,9%	31,1%	29,0%	-	-
Gastos totais	121,9	118,2	113,3	(4,9)	-4,1%
FSE e Gastos com pessoal	74,4	70,9	60,9	(10,0)	-14,1%
EBITDA recorrente	74,2	76,4	86,5	10,1	13,2%
Custo médio do capital alheio	n.d.	1,92%	2,35%	-	-
Spread implícito ao financiamento da EPAL	n.d.	0,55%	-0,12%	-	-
Rendibilidade do capital próprio (RL/CP)	6,7%	9,1%	8,1%	-	-
Ativo total	888,0	916,9	902,2	(14,7)	-1,6%
Capital próprio	488,0	506,1	524,4	18,3	3,6%
Passivo	400,0	410,8	377,8	(33,0)	-8,0%
Fundo de maneo	-5,1	36,7	46,1	9,4	25,6%
Endividamento de médio e longo prazo	213,3	239,3	222,4	(16,9)	-7,1%
Cash flow	31,6	25,0	-4,8	(29,8)	-119,2%

Resultados líquidos (milhões EUR)

- O resultado líquido de 2011 ascendeu a 42,6 milhões EUR, menos 3,3 milhões EUR que em 2010

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
Rendimentos totais	154,6	164,1	155,9	(8,2)	-5,0%
Gastos totais *	121,9	118,2	113,3	(4,9)	-4,1%
Resultado Líquido	32,7	45,9	42,6	(3,3)	-7,2%

* Inclui IRC

- No entanto, o resultado líquido de 2010 incorporava um montante muito significativo de ganhos não recorrentes, designadamente a redução de provisões no valor de 11 milhões EUR
- Expurgado esse efeito, o resultado do ano 2011 representa uma melhoria significativa da rentabilidade da Empresa
- No ano 2011 não se verificaram situações não recorrentes significativas, pelo que o resultado líquido obtido decorre exclusivamente da atividade da empresa
- Para a performance registada contribuíram essencialmente as medidas de contenção de gastos, os quais diminuíram 4,9 milhões EUR (-4,1%)

Rendimentos totais (milhões EUR)

- Os rendimentos totais ascenderam a 155,9 milhões EUR (-5,0%)

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
Volume de negócios	149,1	147,5	147,0	(0,5)	-0,3%
Subsídios ao investimento	1,9	1,9	1,9	-	-
Provisões (redução líquida)	-	10,9	0,2	(10,7)	-98,2%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2,0	2,4	3,1	0,7	29,3%
Juros e rendimentos similares	1,6	1,5	3,7	2,2	146,7%
Rendimentos totais	154,6	164,1	155,9	(8,2)	-5,0%

- Para a evolução negativa registada nos rendimentos totais contribuíram essencialmente a estagnação do volume de negócios e a redução de proveitos não recorrentes (redução de provisões)
- Os juros e rendimentos similares registaram um aumento de 2,2 milhões EUR

Volume de Negócios (milhões EUR)

- O Volume de Negócios ascendeu a 147,0 milhões EUR (redução de 0,3%)

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
Vendas	146,3	145,4	145,7	0,3	0,2%
Prestações de serviços	2,8	2,0	1,4	(0,6)	-30,0%
Volume de negócios	149,1	147,5	147,0	(0,5)	-0,3%

- A diminuição registada no volume de negócios decorreu da redução nos rendimentos com os Serviços Prestados, evolução verificada em todas as naturezas de serviços prestados, mas com maior significado nos serviços de construção e reparação de ramais

Vendas (milhões m³)

- Por seu lado, as vendas registaram um ligeiro aumento, inteiramente justificado pela faturação de volumes mínimos contratuais, já que os volumes consumidos apresentaram uma diminuição significativa e em 2011 não houve atualização das tarifas de abastecimento de água

Volume de água vendida (milhões m³)



- Em 2011, verifica-se um decréscimo do volume de água vendida, na ordem dos 3,5 milhões m³
- O nível de volumes vendidos em 2011 (210 milhões m³) é um dos mais baixos que se registaram desde 2004
- As vendas do segmento dos Clientes Diretos registaram uma diminuição de 2,0 milhões EUR, situando-se nos 73,5 milhões EUR
- Já o segmento dos Clientes Municipais e Multimunicipais, registou uma variação positiva na ordem dos 2,2 milhões EUR, situando-se nos 72,1 milhões EUR
- O aumento registado nas vendas a Clientes Multimunicipais justifica-se pela faturação de volumes mínimos previstos contratualmente, não correspondendo assim a um aumento de consumos por parte dos clientes

Gastos totais (milhões EUR)

- Os gastos totais ascenderam a 113,3 milhões EUR

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2,7	2,8	2,9	0,1	3,6%
Fornecimento e serviços externos	37,8	39,2	35,1	(4,1)	-10,5%
Gastos com o pessoal	36,6	31,7	25,8	(5,9)	-18,6%
Depreciações e perdas de imparidade	23,5	23,8	24,8	1,0	4,2%
Provisões	1,9	-	-	-	-
Impostos e taxas	1,1	1,2	0,9	(0,3)	-25%
Outros gastos operacionais	0,5	0,6	0,4	(0,2)	-33,3%
Juros e gastos similares	5,4	4,3	5,9	1,6	37,2%
Imposto sobre o rendimento do exercício	12,3	14,6	17,4	2,8	19,2%
Gastos totais	121,9	118,2	113,3	(4,9)	-4,1%
% em função do Volume de Negócios	82%	80%	77%		

- O ano foi marcado por um significativo esforço de contenção de gastos, com especial incidência nos Fornecimentos e Serviços Externos (-10,5%) e nos Gastos com Pessoal (-18,6%)
- No contexto do Plano de Redução de Gastos Operacionais no Setor Empresarial do Estado, foi definido como objetivo uma redução de 15% entre 2009 e 2011, para a globalidade das duas rubricas de gastos acima referidas. Os resultados alcançados permitiram atingir o objetivo fixado
- De destacar ainda que o peso dos gastos totais no volume de negócios da Empresa diminuiu de forma significativa, passando de 80% para 77%

Fornecimentos e serviços externos

- Redução significativa do Fornecimentos e Serviços Externos para 35,1 milhões EUR (-4,1 milhões EUR)
- Trabalhos especializados e conservação e reparação (manutenção de ativos) são as rubricas que mais contribuíram para a redução dos fornecimentos e serviços externos em 2011, apresentando variações de -17,9% e -26,0%, respetivamente
- O custo com energia, fundamental para as atividades do processo de abastecimento de água, continua a representar um peso significativo (24,9%) no total dos fornecimentos e serviços externos e aumentou 14,2% (mais 1,4 milhões EUR)
- O custo com energia tem sofrido aumentos de preços muito significativos desde de 2010, pelo que os esforços da Empresa na melhoria da eficiência e na racionalização de consumos não têm permitido eliminar o efeito adverso da subida do preço
- A EPAL tem prosseguido uma estratégia de melhoria dos níveis de eficiência energética, através da instalação de equipamentos mais eficientes (instalação de diversos variadores de velocidade nos grupos elevatórios), da procura de outras fontes de energia (exemplo da instalação de sistemas fotovoltaicos) e da aquisição da energia no mercado liberalizado (a EPAL foi das primeiras empresas a lançar um concurso para aquisição de energia no mercado liberalizado)

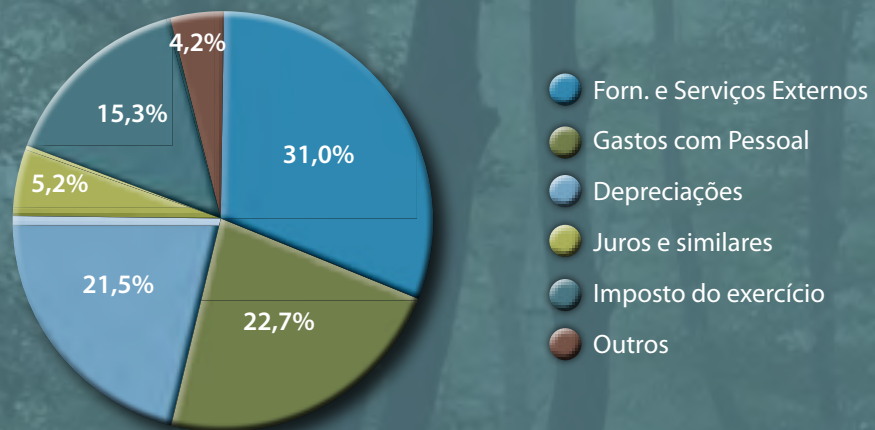
Gastos com o pessoal

- Decréscimo significativo dos gastos com o pessoal para 25,8 Milhões EUR (-5,9 milhões EUR)
- A redução verificada resultou essencialmente (4,2 milhões de euros) dos cortes salariais e do subsídio de férias, previstos na Lei do Orçamento de Estado para 2011 e para 2012

Estrutura de gastos

- As rubricas mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com Pessoal e Depreciações que globalmente representaram 75,3% do total de gastos da Empresa em 2011 (79,9% em 2010 e 80,3% em 2009)

Gastos totais 2011: 113,3 milhões EUR



Margens operacionais (milhões EUR)

- Significativa subida do EBITDA para os 86,3 Milhões EUR (+ 13,6%), em consequência das reduções dos FSE e dos Gastos com pessoal
- Ligeira descida dos resultados operacionais em 2,1%, para 62,1 milhões de Euros, explicada pelo registo de 10,9 milhões EUR de rendimentos não recorrentes associados à redução de provisões

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
Volume de negócios	149,1	147,5	147,0	(0,5)	-0,3%
Outros rendimentos operacionais	3,9	4,3	5,0	0,7	16,3%
Custo das vendas	(2,7)	(2,8)	(3,0)	(0,2)	7,1%
Fornecimentos e serviços externos	(37,8)	(39,2)	(35,1)	4,1	-10,5%
Gastos com o pessoal	(36,6)	(31,7)	(25,8)	5,9	-18,6%
Perdas de imparidade	(0,1)	(0,3)	(0,4)	(0,1)	33,3%
Outros gastos operacionais	(1,7)	(1,7)	(1,4)	0,3	-17,6%
Cash flow operacional (EBITDA)	74,1	76,0	86,3	10,3	13,6%
Depreciações e amortizações	(23,5)	(23,5)	(24,4)	(0,9)	3,8%
Provisões (aumentos / reduções)	(1,9)	10,9	0,2	(10,7)	-98,2%
Resultados operacionais (EBIT)	48,8	63,4	62,1	(1,3)	-2,1%

EBITDA recorrente

- Incremento no valor do EBITDA recorrente em 13,2% (+10,1 milhões EUR)

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
Resultados operacionais (EBIT)	48,8	63,4	62,1	(1,3)	-2,1%
Provisões (aumentos / reduções)	1,9	(10,9)	(0,2)	10,7	-98,2%
Depreciações e perdas de imparidade	23,5	23,5	24,4	0,9	3,8%
Perdas não recorrentes	0,5	0,6	0,4	(0,2)	-33,3%
Ganhos não recorrentes	(0,4)	(0,2)	(0,3)	(0,1)	50%
EBITDA recorrente	74,2	76,4	86,5	10,1	13,2%

- Dado que o Volume de Negócios diminuiu em 0,5 milhões EUR, a melhoria do EBITDA só foi possível pela via da redução de gastos, designadamente dos Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal
- Os bons resultados alcançados em 2011 são também visíveis em termos de margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios), a qual passou de 51,7% para 59,0%

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
EBITDA recorrente	74,2	76,4	86,5	10,1	13,2%
Volume de negócios	149,1	147,5	147,0	(0,5)	-0,3%
Margem EBITDA	50%	52%	59%	7	13,5%

Margem EBITDA = EBITDA recorrente / Volume de negócios

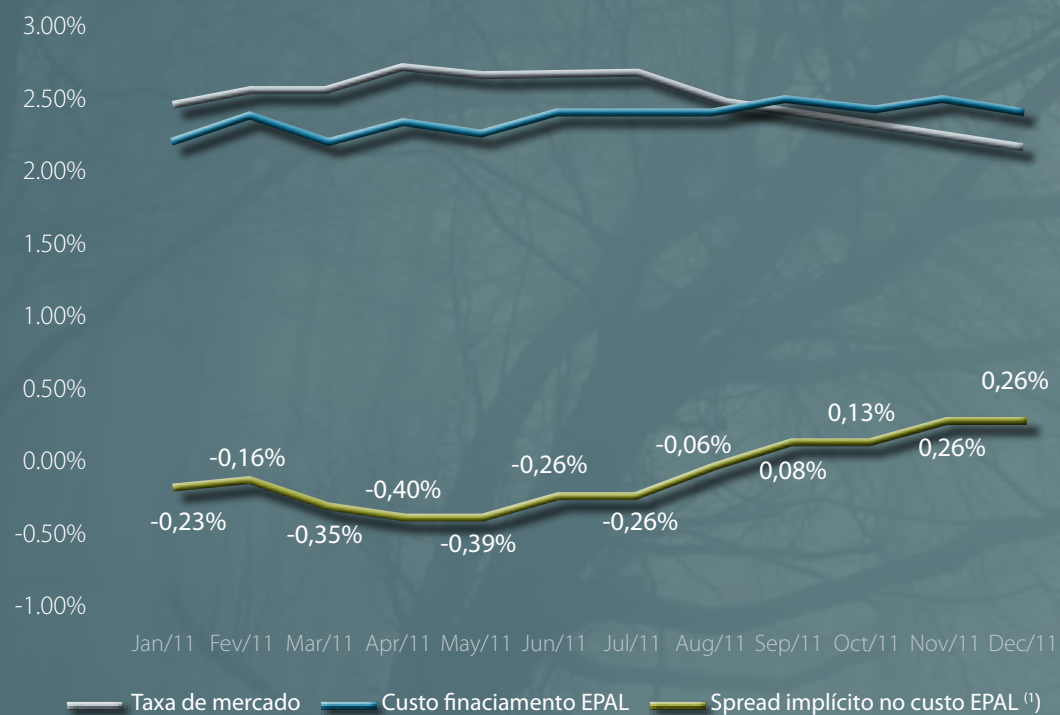
Resultados Financeiros (milhões EUR)

- Melhoria dos resultados financeiros em 0,6 milhões EUR, que em 2011 ascenderam a 2,2 milhões EUR

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
Rendimentos e ganhos financeiros	1,6	1,5	3,7	2,2	146,7%
Gastos e perdas financeiros	(5,4)	(4,3)	(5,9)	(1,6)	37,2%
Resultados financeiros	(3,8)	(2,8)	(2,2)	0,6	-21,4%

- A subida dos gastos financeiros (+1,6 milhões EUR) foi totalmente compensada por um aumento dos rendimentos financeiros (+2,2 milhões EUR)
- Os rendimentos financeiros dizem sobretudo respeito a juros de aplicações bancárias e ascenderam a 3,7 milhões EUR. A sua evolução positiva face ao ano anterior justifica-se pelo aumento das disponibilidades da Empresa decorrente da redução do investimento anual e do desembolso de dívida Banco Europeu de Investimento, no montante de 50 milhões EUR, realizado no final do ano 2010 (em setembro)
- Os gastos financeiros ascenderam 5,9 milhões EUR, mais 37,2% do que no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento
- O aumento verificado nos gastos financeiros foi resultado do aumento da dívida bancária, decorrente do desembolso de 50 milhões EUR no final do ano 2010 e do aumento do custo médio de financiamento (2,35% em 2011 e 1,92% em 2010), decorrendo este do aumento das taxas de mercado (taxa média de 2,47% em 2011 e 1,38% em 2010)

Custo médio do capital alheio



(1) Taxa de mercado calculada com base numa estrutura de modalidades de taxa (fixa e variável) idêntica a da EPAL, utilizando a Euribor a 3 meses como referencial para a taxa variável e as cotações dos swaps de taxa de juro (com maturidades similares as da dívida da EPAL) como referencial para a taxa fixa. É uma taxa de base interbancária, não incorporando qualquer spread.

■ Apesar do aumento dos gastos financeiros, ainda assim o custo médio de financiamento na EPAL situou-se em níveis muito competitivos face a taxa média de mercado, facto atestado pelos níveis do spread implícito verificados ao longo do ano 2011 e que no final do ano ascendia a apenas 26 pontos base

Posição financeira (milhões EUR)

- No final de 2011, o ativo da EPAL ascendia a 902,2 milhões EUR e o capital próprio e o passivo eram de 524,4 e 377,8 milhões EUR, respetivamente

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
Ativo não corrente	804,4	804,0	791,6	(12,4)	-1,5%
Ativo corrente	83,6	112,9	110,6	(2,3)	-2,0%
Total do ativo	888,0	916,9	902,2	(14,7)	-1,6%
Capital próprio	488,0	506,1	524,4	18,3	3,6%
Passivo não corrente	311,3	334,6	313,3	(21,3)	-6,4%
Passivo corrente	88,7	76,2	64,5	(11,7)	-15,4%
Total do capital próprio e passivo	888,0	916,9	902,2	(14,7)	-1,6%

- Como em anos anteriores, a EPAL terminou o ano de 2011 com uma sólida situação financeira, com uma autonomia financeira de 58% e um fundo de maneiio positivo de 46 milhões EUR

	2009	2010	2011
Autonomia Financeira	55%	55%	58%
Liquidez Geral	0,94	1,48	1,71
Solvabilidade	1,22	1,23	1,39
Fundo de Maneio	(5)	37	46

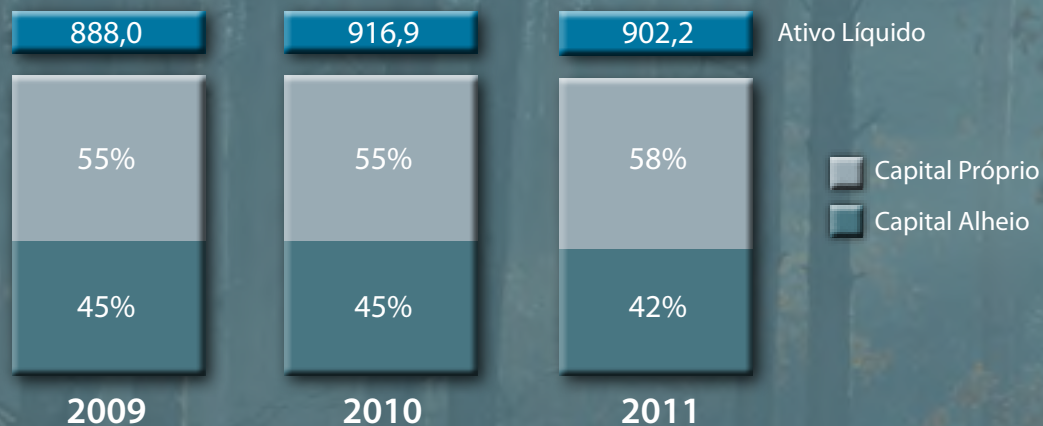
Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total

Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente

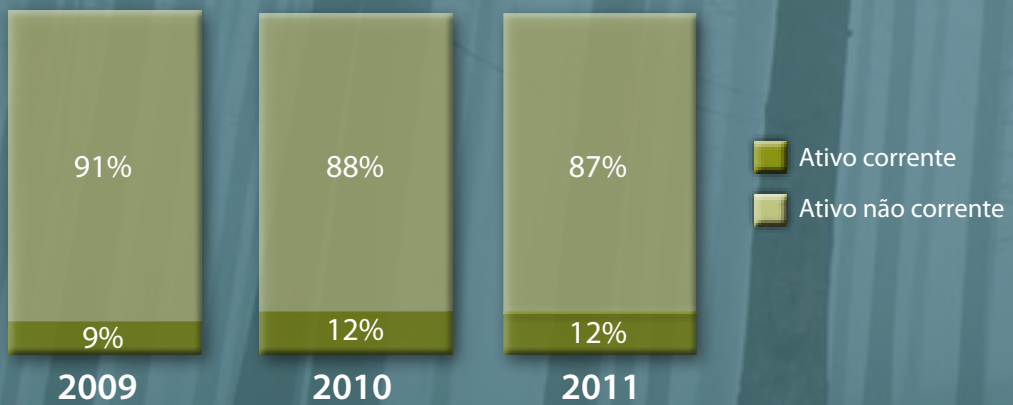
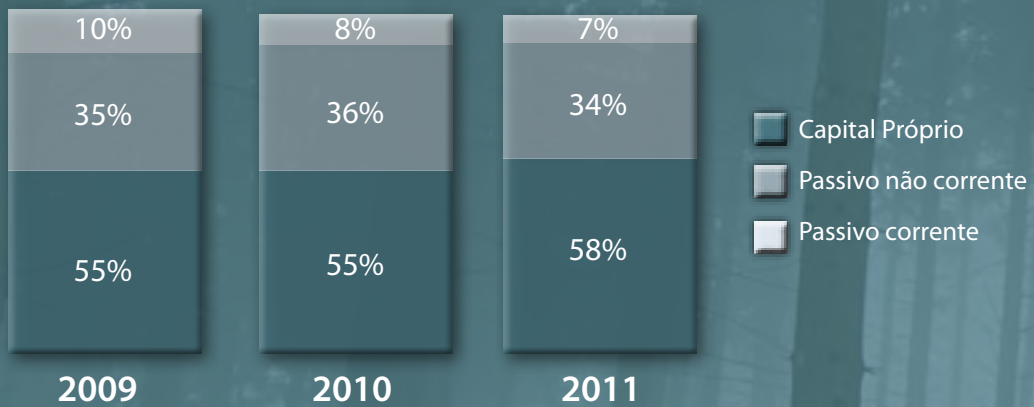
Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo total

Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente

- Para além do bom desempenho económico, a EPAL continua a manter uma forte robustez financeira, evidenciando uma equilibrada estrutura de capital e uma forte capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo



- A otimização dos recursos financeiros continua a ser uma das prioridades da EPAL, procurando-se uma adequada correspondência entre maturidades de ativos e respetivas fontes financiamento. No final de 2011 evidenciava-se uma sólida relação entre ativos não correntes (87% do total) e capitais permanentes (capital próprio e passivo não corrente representavam em conjunto 93% do total)



Endividamento de Médio e Longo Prazo (milhões EUR)

- Quanto ao endividamento bancário de médio e longo prazo, ascendia a 222,4 milhões EUR no final de 2011, menos 16,9 milhões EUR que em 2010, evolução justificada pela ausência de recurso a endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida

Endividamento de médio e longo prazo



- Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e corresponde a um máximo de 50% da despesa com investimentos

Cash flow gerado (milhões EUR)

- O cash flow do ano foi negativo em 4,8 milhões EUR

	2009	2010	2011
Fluxos de caixa operacionais	76,2	55,2	48,8
Fluxos de caixa do investimento	(32,1)	(30,9)	(10,9)
Pagamentos em atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e serviço da dívida bancária	(32,5)	(49,3)	(42,7)
Recebimentos em atividades de financiamento			
Desembolsos do ano	20,0	50,0	-
Varição de caixa e seus equivalentes	31,6	25,0	(4,8)

- Apesar do valor negativo do cash flow no ano, os fluxos de caixa decorrentes da atividade operacional foram suficientes para financiar o investimento e ainda para assegurar quase a totalidade do serviço da dívida bancária e a remuneração do accionista
- O auto-financiamento continua a ser a fonte primordial de financiamento da atividade
- O prazo médio de pagamentos foi de 31 dias e apresentou uma evolução positiva face ao ano anterior, reduzindo em 11,3%

Fundo de pensões

- O Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 35,4 Milhões de EUR, registando um nível de financiamento de 122%, segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP
- Para o sólido nível de financiamento registado foi uma vez mais decisiva a robusta contribuição anual que a EPAL fez para o fundo de pensões, que em 2011 foi de 1,3 milhões EUR
- O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 14,4 Milhões EUR no final de 2011

Empresas participadas

- Não se verificaram alterações ao nível dos investimentos financeiros da EPAL, que no final do ano detinha as seguintes participações financeiras:


Clube de Golfe das Amoreiras, SA	100,0%	350.000 Euros
Fundec		1.500 Euros

Clube de Golfe das Amoreiras, SA

- Tem como objetivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras
- O seu capital social é de 350.000 Euros
- Sem atividade nos últimos anos pela pendência de ações em tribunais arbitrais que condicionou a realização do seu objecto social



Perspetivas Futuras



Para 2012 perspectiva-se a prossecução da aposta na consolidação e melhoria dos níveis de qualidade alcançados pela EPAL, espelhando o desempenho das estruturas da empresa e, sobretudo, dos seus profissionais, sem esquecer todos aqueles que, trabalhando em conjunto com a EPAL, contribuem, de forma decisiva, para o desenvolvimento da missão da empresa.

O investimento de beneficiação e atualização das infraestruturas da empresa, para além da prossecução da requalificação dos seus colaboradores, constitui um fator essencial para continuar a assegurar um serviço de excelência.


A conjuntura económico-financeira, nacional e internacional, não se tem apresentado favorável o que determina, ainda mais, o reforço do rigor e da partilha de responsabilidades, atentas as funções e competências de cada um, transmitindo o melhor de si próprio. Assim, pretende-se também reforçar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela empresa, designadamente no que respeita à consolidação de processos com vista à extensão da Certificação, à redução de perdas e à centralização de serviços com vista ao aumento da sua eficiência.

Finalmente, a anunciada reestruturação do sector e, conseqüentemente, do próprio grupo Águas de Portugal, vem criar oportunidades de melhoria e de aumento de escala de atuação, constituindo fatores importantes para otimizar a qualidade do serviço prestado pelos vários intervenientes.

Nesta linha, a EPAL assumirá, uma vez mais, o seu importante papel em sintonia com o grupo Águas de Portugal, no qual se insere.

A misty forest path with autumn foliage. The path is covered in fallen orange and red leaves. The trees are tall and thin, with some having vibrant autumn leaves. The background is hazy and foggy.

Proposta de Aplicação de Resultados



Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2011, no montante de **€ 42.555.549,69** (quarenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

€ 34.044.439,75 (trinta e quatro milhões, quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove euros e setenta e cinco cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas

€ 8.511.109,94 (oito milhões, quinhentos e onze mil, cento e nove euros e noventa e quatro cêntimos) para Resultados Transitados



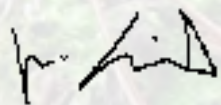
Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2011, cumpre destacar o enorme conjunto de contribuições e apoios com os quais foi possível vencer desafios, atingir objetivos, cumprir deveres e manter a EPAL activa e dinâmica no cumprimento da sua missão de bem servir.

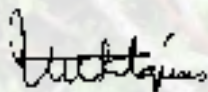
Ao fazê-lo, o Conselho de Administração deseja manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados alcançados, destacando:

- Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dr^a. Assunção Cristas, pela dinâmica imprimida ao Sector
- A Accionista Águas de Portugal, SGPS, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio demonstrados no acompanhamento da empresa
- Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, a ERSAR, a DGAE, em particular, pelo excelente relacionamento mantido
- O Sistema Bancário e Segurador, com especial destaque para o Banco Europeu de Investimento, pela eficiência com que o “dossier” EPAL tem sido acompanhado
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e colaboração
- Os membros do Conselho de Administração que cessou funções em Fevereiro deste ano, pelos bons resultados da sua gestão
- O Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas pela excelência com que desenvolveram o acompanhamento da atividade da empresa
- Os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável
- Os Trabalhadores da EPAL, pelo seu notável sentido de serviço e de missão

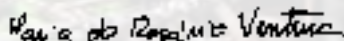
O Conselho de Administração



José Manuel Sardinha



Maria do Rosário Águas



Maria do Rosário Ventura





Contas

Demonstrações da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2011.

Ativo	Notas	31 dezembro 2011	31 dezembro 2010
Ativo não Corrente:			
Ativos fixos tangíveis	6	773.552.649,94	786.602.555,19
Propriedades de investimento	7	1.146.269,83	1.241.048,81
Investimentos em subsidiárias	8	-	-
Outros ativos financeiros	9	110.230,68	110.230,68
Ativos por impostos diferidos	10	5.998.822,78	6.948.800,06
Outros ativos não correntes	11	10.727.537,62	9.083.744,76
Total do ativo não corrente		791.535.510,85	803.986.379,50
Ativo Corrente			
Inventários	12	1.147.041,23	1.126.484,91
Clientes	13	18.640.903,13	19.699.286,56
Outras contas a receber	13	14.625.090,67	11.131.533,34
Diferimentos	14	1.042.544,33	919.742,06
Outros ativos financeiros	9	72.500.000,00	76.800.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	2.671.769,42	3.188.762,43
Total do ativo corrente		110.627.348,78	112.865.809,30
Total do ativo		902.162.859,63	916.852.188,80
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	15	150.000.000,00	150.000.000,00
Reserva legal	15	30.000.000,00	30.000.000,00
Outras reservas	15	22.171.377,45	22.171.377,45
Resultados transitados	15	279.691.887,70	258.053.435,94
Outras variações no capital próprio		(4.063,81)	(4.063,81)
		481.859.201,34	460.220.749,57
Resultado líquido do exercício		42.555.549,69	45.887.091,77
Total do capital próprio		524.414.751,03	506.107.841,34
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Financiamentos obtidos	16	222.356.429,06	239.327.893,58
Subsídios ao investimento	17	34.556.839,74	36.439.298,46
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	12.119.946,37	12.640.737,98
Passivos por impostos diferidos	10	44.190.405,99	46.198.852,89
Total do passivo não corrente		313.223.621,16	334.606.782,91
Passivo Corrente			
Provisões	19	1.872.347,02	2.035.944,91
Fornecedores	16	15.037.933,03	30.901.509,21
Estado e outros entes públicos	20	4.418.400,31	4.604.838,41
Financiamentos obtidos	16	17.864.687,39	12.804.797,84
Outras contas a pagar	16	25.331.119,69	25.790.474,18
Total do passivo corrente		64.524.487,44	76.137.564,55
Total do passivo		377.748.108,60	410.744.347,46
Total do capital próprio e do passivo		902.162.859,63	916.852.188,80

A Diretora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

Demonstrações dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2011.

Rendimentos e gastos	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados	21	147.038.145,26	147.454.718,70
Subsídios ao investimento	17	1.882.458,72	1.872.600,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.949.695,85)	(2.810.388,27)
Fornecimentos e serviços externos	22	(35.142.672,51)	(39.231.068,07)
Gastos com o pessoal	23	(25.750.686,32)	(31.651.741,35)
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	13	(431.001,05)	(296.398,20)
Provisões (aumentos) / reduções	19	177.362,26	10.943.493,41
Outros rendimentos e ganhos	24	3.072.866,13	2.397.476,44
Outros gastos e perdas	25	(1.387.465,00)	(1.727.961,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		86.509.311,64	86.950.731,72
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	(24.404.732,45)	(23.534.083,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		62.104.579,19	63.416.647,94
Juros e rendimentos similares obtidos	27	3.676.557,86	1.459.308,53
Juros e gastos similares suportados	27	(5.851.398,91)	(4.346.653,34)
Resultado antes de impostos		59.929.738,14	60.529.303,13
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(17.374.188,45)	(14.642.211,36)
Resultado líquido do exercício		42.555.549,69	45.887.091,77
Resultado por ação básico	31	1,42	1,53

A Diretora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

Demonstrações do rendimento integral dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2011.

	Notas	2011	2010
Resultado líquido do exercício		42.555.549,69	45.887.091,77
Ajustamentos por impostos diferidos		(248.640,00)	(3.761.277,09)
Outras alterações		-	(21.300,28)
Total do rendimento integral do exercício		42.306.909,69	42.104.514,40

A Diretora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

Demonstrações das alterações no capital próprio dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2011.

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do exercício de 2010		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	253.124.399,44	(4.063,81)	32.735.676,26	488.027.389,34
Alterações no exercício:								
Efeito das alterações das taxas de imposto nos impostos diferidos	10	-	-	-	(3.761.277,09)	-	-	(3.761.277,09)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	32.735.676,26	-	(32.735.676,26)	-
Outras alterações		-	-	-	(21.300,28)	-	-	-21.300,28
		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	282.077.498,33	(4.063,81)	-	484.244.811,97
Resultado líquido do exercício de 2010							45.887.091,77	45.887.091,77
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	15	-	-	-	(24.024.062,39)	-	-	(24.024.062,39)
		-	-	-	(24.024.062,39)	-	-	(24.024.062,39)
Posição no fim do exercício de 2010		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	258.053.435,94	(4.063,81)	45.887.091,77	506.107.841,35
Posição no início do exercício de 2011		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	258.053.435,94	(4.063,81)	45.887.091,77	506.107.841,35
Alterações no exercício:								
Efeito das alterações das taxas de imposto nos impostos diferidos	10	-	-	-	(248.640,00)	-	-	(248.640,00)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	45.887.091,77	-	(45.887.091,77)	-
		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	303.691.887,71	(4.063,81)	-	505.859.201,35
Resultado líquido do exercício de 2011							42.555.549,69	42.555.549,69
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições de dividendos	15	-	-	-	(24.000.000,00)	-	-	(24.000.000,00)
		-	-	-	(24.000.000,00)	-	-	(24.000.000,00)
Posição no fim do exercício de 2011		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	279.691.887,71	(4.063,81)	42.555.549,69	524.414.751,04

A Diretora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

Demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2011.

	Notas	2011	2010	
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Recebimentos de clientes		183.870.184,00	182.011.428,65	
Pagamentos a fornecedores		(61.482.031,76)	(52.075.262,15)	
Pagamentos ao pessoal		(30.800.339,18)	(35.566.793,90)	
Caixa gerada pelas operações		91.587.813,06	94.369.372,60	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(16.139.573,75)	(15.276.556,53)	
Outros recebimentos / pagamentos		(26.671.156,23)	(23.932.464,41)	
Fluxos das atividades operacionais [1]		48.777.083,08	55.160.351,67	
Fluxos de caixa das atividades de investimento:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(14.641.342,46)	(32.634.816,94)	
Outros ativos		-	(14.641.342,46)	(46.000.000)
			(46.000.000)	(78.634.816,94)
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		13.581,14	309.439,42	
Outros ativos		46.000.000,00	-	
Juros e rendimentos similares		3.733.583,73	49.747.164,87	1.376.791,55
				1.686.230,97
Fluxos das atividades de investimento [2]		35.105.822,41	(76.948.585,97)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-	50.000.000,00	50.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		(12.804.797,86)	(20.937.779,05)	
Juros e gastos similares		(5.895.100,64)	(4.338.340,26)	
Dividendos	15	(24.000.000,00)	(42.699.898,50)	(24.024.062,39)
			(49.300.181,70)	
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(42.699.898,50)	699.818,30	
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		41.183.006,99	(21.088.416,00)	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	33.988.762,43	55.077.178,43	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	75.171.769,42	33.988.762,43	

A Diretora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura



Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2011

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

1.2 Atividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 33 municípios da Região da Grande Lisboa.

Adicionalmente, a Empresa enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e conforme previsto no Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de junho, apresenta no seu modelo de gestão as seguintes características: (i) liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios; (ii) princípio de aplicação de preços a fixar por convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades, e a Empresa; (iii) todos os consumidores, públicos ou privados, devem pagar a água que consomem e os serviços que lhes são prestados.

Relativamente à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas ao abastecimento público na albufeira de Castelo do

Bode, no decurso do exercício de 2009 a Empresa celebrou com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional um contrato de concessão, de modo a dar cumprimento à Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, onde na sua alínea a) do artigo 61º indica que a utilização privativa de recursos hídricos do domínio público está sujeita a prévia concessão. De acordo com tal contrato celebrado, a concessão que se inicia em 2009 foi atribuída por um período de 75 anos. Atendendo ao facto que: (i) na data da celebração do contrato os ativos existiam, eram propriedade da Empresa e encontravam-se escriturados na demonstração da posição financeira da Empresa; (ii) no caso de no termo da concessão apresentarem valor líquido contabilístico, a Empresa será ressarcida de igual montante; e (iii) não se encontrar definido o enquadramento remuneratório no que respeita à exploração dos ativos abrangidos pela concessão; por estes motivos a Empresa entende não ser aplicável a esta concessão a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços.

1.3 Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2011, a Empresa era integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 14 de Março de 2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2010, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro e normas interpretativas ("SIC/IFRIC"), tal como adoptadas pela União Europeia ("IAS/IFRS") aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresas, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2010. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – SIC e

IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IAS/IFRS" ou "IFRS".

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de janeiro de 2011:

	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 24 Related Party Disclosures (Revised)	01-jan-11
Amendments to IFRS 1 Limited Exemption from comparative IFRS 7 Disclosures for First Time Adopters	01-jul-10
Amendment to IAS 32 - Financial Instruments: Presentation - Classification of Rights Issues	01-fev-10
IFRIC 19 - Extinguishing of Financial Liabilities with Equity Instruments	01-jul-10
Amendment to IFRIC 14 - Prepayments of Minimum Funding Requirements	01-jan-11
Amendments to IFRS 7 - Financial instruments: Disclosures - Transfer of Financial Assets	01-jul-11

Todas as normas acima foram aplicadas pela primeira vez pela Empresa em 2011, quando aplicáveis à Empresa, não tendo a adopção das mesmas resultado impactos retrospectivos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas contabilísticas, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

**Data de eficácia
(exercícios iniciados em
ou após)**

Improvements to IFRS (2010)

Várias (a mais cedo será
01-jul-10)

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

**Data de eficácia
(exercícios iniciados
em ou após)**

IFRS 9 - Financial Instruments	01-jan-13
Amendments to IAS 12 - Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets	01-jan-12
Amendments to IFRS 1 - Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters	01-jul-11
Amendments to IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures	01-jul-11
IFRS 10 - Consolidated Financial Statements	01-jan-13
IFRS 11 - Joint Arrangements	01-jan-13
IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities	01-jan-13
IFRS 10 - Fair Value Measurement	01-jan-13
IAS 27 (Revised 2011)- Separate Financial Statements	01-jan-13
IAS 28 (Revised 2011)- Investments in Associates and Joint Ventures	01-jan-13
Amendments to IAS 1 - Presentation of Comprehensive Income	01-jan-13
Amendments to IAS 19 - Post Employment Benefits	01-jan-13
IFRIC 20 - Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine	01-jan-13

Relativamente a estas normas e interpretações emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adotar, os quais afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.18.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efectuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS. Os ativos fixos adquiridos após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos, no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis que não se destinam ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento adquiridas até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Para fins de divulgação e análise do valor de recuperação, a Empresa obtém, de três em três anos e com referência à data de relato, avaliações das propriedades de investimento para aferir o seu justo valor, elaboradas por entidades independentes e especializadas, considerando-se a manutenção desse justo valor durante esse período, exceto em situações de alteração nas condições de mercado ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, caso em que aquelas avaliações são obtidas com uma periodicidade mais curta, com referência à data da

demonstração da posição financeira imediatamente após a verificação de tais situações. Sempre que o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum

indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização, até que este excedente seja totalmente consumido, sendo o excesso (a existir) registado como gasto do exercício.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em subsidiárias e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade estimadas.

No que respeita a investimentos financeiros em subsidiárias (controlo efectivo acima de 50%), sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

A Empresa não elaborou demonstrações financeiras consolidadas atendendo a que os efeitos de consolidação da subsidiária seriam imateriais face às demonstrações financeiras individuais.

3.7 Inventários

Os inventários que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, (i) reagentes, tais como clo-ro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Esses inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do seu valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários

são registadas na rubrica de resultados “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Títulos e outras aplicações financeiras

Os investimentos financeiros em títulos e outras aplicações são valorizados ao seu valor de custo, deduzidos de ajustamentos destinados a fazer face a perdas estimadas na sua realização.

b) Investimentos financeiros em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações financeiras detidas pela Empresa e que não se qualificam como participações em subsidiárias, são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, na medida que dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (ações não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nas rubricas de “Caixa e depósitos bancários” e “Outros ativos financeiros – corrente” incluem os valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos.

Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de activos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efectiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Subsídios ao investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no método das quotas constantes pelo período esperado de vida remanescente dos ativos correspondentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

3.11 Benefícios pós-emprego

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa, e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

Planos de benefício definido

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas

anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projectada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o método do “corredor”.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os benefícios atribuídos a pré-reformas são calculados anualmente por actuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projectada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens (água) é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;

- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

Ao longo do ano, os rendimentos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são faturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecido uma conta a receber pelo valor estimado dos consumos por ler e facturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos cujo período de construção ou produção, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

No entanto, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Empresa considerou que o efeito dos encargos financeiros incorridos na aquisição e / ou construção dos seus ativos fixos não é significativo, pelo que não procede à sua capitalização, procedendo ao registo dos mesmos como gasto do exercício quando incorridos.

3.15 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.16 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional de relato da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.17 Políticas de gestão do risco financeiro

Factores do risco financeiro

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Empresa efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém essencialmente da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

Análise de sensibilidade das taxas de juro

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa

de juro aplicável àqueles empréstimos no exercício de 2011 e 2010 tivesse sido 1% acima/abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 seria como segue:

	2011	2010
Juros suportados com financiamentos bancários (Nota 27)	5.846.560,98	4.345.596,05
Impacto no resultado líquido:		
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% acima do verificado	(1.182.742,30)	(1.271.406,64)
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% abaixo do verificado	1.182.742,30	1.119.785,42

3.18 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Registo de perdas de imparidade relativas a ativos financeiros e registo de provisões para fazer face a responsabilidades perante terceiros;
- d) Pressupostos atuariais utilizados na determinação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego; e
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos.

3.19 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events” ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e estarem sujeitos a um risco insignificante

de alterações de valor, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito - curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração consolidada dos fluxos de caixa. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2011 e 2010 detalha-se conforme se segue:

	Notas	2011	2010
Numerário		51.865,29	34.786,81
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		2.619.904,13	3.153.975,62
		2.671.769,42	3.188.762,43
Depósitos a prazo	9	72.500.000,00	30.800.000,00
		75.171.769,42	33.988.762,43

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo AdP adotou um conceito extensível a todas as entidades do Grupo, incluindo a EPAL, no qual foi definido que as aplicações financeiras que se caracterizam por ser imediatamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de perda de valor devem ser consideradas como caixa e equivalentes de caixa, desde que a sua maturidade não exceda 6 meses, quando até 31 de dezembro de 2010 a EPAL apenas considerava aplicações que não excedessem 3 meses. Desta forma, o montante de caixa e seus equivalentes veio aumentado face ao conceito que vinha sendo considerado pela EPAL até 31 de dezembro de 2010.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2011								Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos	
Ativos									
Saldo inicial	113.652.517,60	192.270.738,70	1.000.912.322,90	1.461.033,94	19.604.554,17	21.724.265,83	15.725.843,08	693.926,60	1.366.045.202,82
Aquisições	-	-	611.004,61	95.510,00	124.533,46	52.989,45	10.228.271,13	173.665,40	11.285.974,05
Alienações	-	-	(27.538,05)	(154.950,03)	-	-	-	-	(182.488,08)
Transferências	2.723.335,58	1.874.280,89	10.680.234,63	-	599.552,73	746.846,74	(15.756.658,57)	(867.592,00)	0,00
Abates	-	-	(97.846,94)	-	(3.536,20)	(51,24)	-	-	(101.434,38)
Outras operações	(4,79)	-	(6,65)	-	-	-	-	-	(11,44)
Saldo final	116.375.848,39	194.145.019,59	1.012.078.170,50	1.401.593,91	20.325.104,16	22.524.050,78	10.197.455,64	-	1.377.047.242,97
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	83.399.210,33	457.428.254,58	1.404.497,71	17.511.846,24	19.698.838,77	-	-	579.442.647,63
Amortizações do exercício (Nota 26)	-	4.431.464,94	18.805.277,81	23.655,31	519.991,07	529.564,34	-	-	24.309.953,47
Alienações	-	-	(27.179,80)	(154.950,03)	-	-	-	-	(182.129,83)
Abates	-	-	(97.846,92)	-	(3.536,20)	(51,24)	-	-	(101.434,36)
Outras operações	-	(43.630,28)	25.556,12	-	2.341,79	41.288,49	-	-	25.556,12
Saldo final	-	87.787.044,99	476.134.061,79	1.273.202,99	18.030.642,90	20.269.640,36	-	-	603.494.593,03
Ativos líquidos	116.375.848,39	106.357.974,60	535.944.108,71	128.390,92	2.294.461,26	2.254.410,42	10.197.455,64	-	773.552.649,94

2010 (Reexpresso)

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos	Total
Saldo inicial	113.644.296,17	176.874.535,13	988.398.601,12	1.446.560,00	18.711.954,20	21.116.041,06	21.793.594,52		1.341.985.582,20
Aquisições	-	-	818.427,62	48.500,00	200.921,35	49.206,52	22.708.759,64	693.926,60	24.519.741,73
Alienações	-	(267,48)	(96.495,37)	(34.026,06)	(12.215,51)	(82.196,76)	-	-	(225.201,18)
Transferências	8.221,43	15.396.471,05	11.898.958,34	-	703.894,13	641.215,01	(28.776.511,08)	-	(127.751,12)
Abates	-	-	(107.168,81)	-	-	-	-	-	(107.168,81)
Saldo final	113.652.517,60	192.270.738,70	1.000.912.322,90	1.461.033,94	19.604.554,17	21.724.265,83	15.725.843,08	693.926,60	1.366.045.202,82
Saldo inicial	-	79.518.068,88	439.518.072,17	1.434.175,10	16.790.989,37	19.076.453,58	-	-	556.337.759,10
Amortizações do exercício (Nota 26)	-	3.881.408,93	18.112.322,45	4.348,67	733.051,38	702.439,09	-	-	23.433.570,52
Alienações	-	(267,48)	(96.495,37)	(34.026,06)	(12.194,51)	(80.053,90)	-	-	(223.037,32)
Abates	-	-	(105.644,67)	-	-	-	-	-	(105.644,67)
Saldo final	-	83.399.210,33	457.428.254,58	1.404.497,71	17.511.846,24	19.698.838,77	-	-	579.442.647,63
	113.652.517,60	108.871.528,37	543.484.068,32	56.536,23	2.092.707,93	2.025.427,06	15.725.843,08	693.926,60	786.602.555,19

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Equipamento básico” incluía ainda ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição.

As aquisições ocorridas no exercício de 2011 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a, aproximadamente, 11,3 milhões de Euros e respeitam, essencialmente, aos projetos de reabilitação de grandes condutas de distribuição, recuperação do troço final do Castelo de Bode e ampliação do adutor de Castelo de Bode (obra especial da Azambuja).

Relativamente à redução da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2011, no montante de, aproximadamente, 15,8 milhões de Euros, corresponde, essencialmente, à conclusão no decurso do exercício dos projetos de remodelação da Estação Elevatória dos Olivais, reabilitações do reservatório de Vila Franca de Xira, duplicação do troço do adutor de Castelo de Bode localizado junto ao Monte da Várzea das Chaminés e à conclusão de parte do projeto de recuperação do troço final do adutor de Castelo de Bode. Os montantes respeitantes a estes projetos ascendem a, aproximadamente, 5,2 milhões de Euros, 1,3 milhões de Euros, 1,1 milhões de Euros e 1,3 milhões de Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” respeita, essencialmente, aos projetos de ampliação do adutor do Castelo de Bode (obra especial da Azambuja), diversos processos de titularidade de terrenos, substituição de condutas e ramais e reabilitação de grandes condutas de distribuição.

As aquisições ocorridas no exercício de 2010 nos ativos fixos tangíveis, ascenderam a, aproximadamente, 24,7 milhões de Euros, e respeitam, essencialmente, aos projetos do novo laboratório central, substituição de condutas e ramais e remodelação da Estação Elevatória dos Olivais.

Quanto à redução da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2010, no montante de, aproximadamente, 28,8 milhões de Euros, corresponde, essencialmente, à conclusão no decurso do exercício de 2010, do novo laboratório central, no montante de 15,4 milhões de Euros, de alguns troços do projecto de remodelação de condutas e ramais, no montante de, aproximadamente, 5 milhões de Euros e à renovação da rede de distribuição, no montante de 3,3 milhões de Euros.

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” respeita, essencialmente, aos projectos da Estação Elevatória dos Olivais, ampliação do

adutor de Castelo de Bode, reabilitação do reservatório de Vila Franca de Xira e a diversos processos de titularidade de terrenos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. No entanto, os seguros contratados estabelecem limites de indemnizações de 250 milhões de Euros para acidentes e catástrofes naturais e 25 milhões de Euros para atos de terrorismo.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas apresentadas na Nota 3.2.

As amortizações do exercício de 2011, no montante de 24.309.953,47 Euros (23.433.570,52 Euros em 2010), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (Nota 26).

O aumento verificado na rubrica “Terrenos e recursos naturais” durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, é respeitante a processos de expropriação de terrenos que foram concluídos no decorrer deste exercício.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	2.451.045,23	2.451.045,23
Adições	-	-
Saldo final - quantia bruta	2.451.045,23	2.451.045,23
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.209.996,43)	(1.209.996,43)
Amortizações do exercício (Nota 26)	(94.778,97)	(94.778,97)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.304.775,40)	(1.304.775,40)
Saldo final - quantia escriturada líquida	1.146.269,83	1.146.269,83

	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	2.451.045,23	2.451.045,23
Saldo final - quantia bruta	2.451.045,23	2.451.045,23
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.109.483,17)	(1.109.483,17)
Amortizações do exercício (Nota 26)	(100.513,26)	(100.513,26)
Saldo final - quantia escriturada líquida	1.241.048,81	1.241.048,81

As propriedades de investimento respeitam a imóveis localizados em recintos da Empresa que não estão afetos à atividade operacional da Empresa.

A última avaliação obtida pela Empresa relativamente àqueles imóveis, a qual foi realizada por uma entidade especializada e independente com referência a 31 de dezembro de 2009, ascende a 1.341.562,07 Euros. A Administração da Empresa entende que caso tivesse sido obtida uma avaliação actualizada dos imóveis, com referência a 31 de dezembro de 2011 não decorreria da mesma diferenças significativas face à última avaliação obtida.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	2011			2010		
	Rendimentos de Rendas	Amortizações do exercício (Nota 26)	Perdas por imparidade	Rendimentos de Rendas	Amortizações do exercício (Nota 26)	Perdas por imparidade
Em desenvolvimento	-	(94.778,97)	-	-	(100.513,26)	-
	-	(94.778,97)	-	-	(100.513,26)	-

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas para tais ativos, as quais se equiparam a “Edifícios e outras construções” e cujas vidas se encontram descritas na Nota 3.2.

8. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “investimentos em subsidiárias”, deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Partes de capital em empresas subsidiárias	250.000,00	250.000,00
Perdas por imparidade acumuladas	(250.000,00)	(250.000,00)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

Empresas	Sede	% capital detida	Ativo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Partes de capital em empresas do grupo (a)	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	Valor líquido em 31 de dezembro de 2010
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	1.412.916,47	28.998,15	(108.901,97)	250.000,00	(250.000,00)	-	-

a) corresponde a prestações acessórias

A Empresa é o único acionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A., que tem como objetivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros.

Em 1993, ambas as sociedades celebraram um contrato-promessa com a Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., por meio do qual a sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, S.A. prometia ceder a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Na sequência de decisão arbitral anterior e por iniciativa da Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., foi constituído, em 2006, novo Tribunal Arbitral para apuramento de eventuais responsabilidades. Em 2008, o referido Tribunal Arbitral proferiu acórdão unânime, entretanto transitado em julgado, que estabeleceu a indemnização devida, compreendendo esta um montante líquido já cumprido e um valor sujeito a liquidação, neste momento ainda pendente, que se encontra estimado e registado nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2011.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de "Outros ativos financeiros" deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Não correntes:		
Partes de capital em empresas participadas	1.500,00	1.500,00
Títulos e outras aplicações financeiras	108.730,68	108.730,68
	110.230,68	110.230,68
Correntes:		
Depósitos a prazo	72.500.000,00	76.800.000,00
	72.610.230,68	76.910.230,68

Empresas participadas

No final dos exercícios de 2011 e 2010, o montante registado na rubrica de "Partes de capital em empresas participadas", ascendendo a 1.500 Euros, correspondia a uma participação nos capitais da entidade Fundec.

Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras", que ascendia a 108.731 Euros, correspondia em ambos os exercícios a valores cativos à ordem dos tribunais (108.082 Euros) e a obrigações do tesouro (649 Euros).

Depósitos a prazo

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Depósitos a prazo" no montante de 72.500.000,00 Euros compreende na sua totalidade depósitos que se qualificam

como equivalentes de caixa, para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa (30.500.00,00 Euros em 2010) (Nota 4).

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registado nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS (Nota 16).

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

	Notas	2011	2010
Imposto corrente e ajustamentos:			
Imposto corrente do exercício	16	18.067.566,01	15.574.467,75
Ajustamentos a impostos correntes de exercícios anteriores	16	627.767,44	629.002,85
Excesso/Insuficiência da estimativa do exercício anterior		(14.035,38)	(117.601,14)
		18.681.298,07	16.085.869,46
Impostos diferidos:			
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias		(1.389.591,42)	(1.066.006,27)
Alterações na taxa de tributação e lançamento de novos impostos		82.481,80	(377.651,83)
		(1.307.109,62)	(1.443.658,10)
Gasto com impostos sobre o rendimento		17.374.188,45	14.642.211,36

Os ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores, no montante de 627.767,44 Euros em 2011, correspondem ao efeito fiscal, apurado a partir de uma taxa de imposto de 29%, associado ao reconhecimento anual de 1/5 de variações patrimoniais positivas decorrentes do regime transitório aplicável à adoção pela primeira vez dos IAS/IFRS, regime esse previsto no artº 5º, nºs 1, 5 e 6 do DL 159/2010 de 13/7.

A reconciliação do imposto do exercício em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	2011	2010
Resultado antes de impostos	59.929.738,14	60.529.303,13
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites		
Multas		
Reversão de provisões não dedutíveis fiscalmente	-	(9.766.455,77)
Outros	(5.141,05)	(57.124,96)
	(5.141,05)	(9.823.580,73)
Diferenças temporárias:		
Efeito das alterações de vidas úteis na data de transição para as IFRS	2.051.674,46	2.051.674,46
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais	117.300,90	117.300,90
Efeito do desreconhecimento do direito de uso ilimitado	(4.260,00)	-
Amortizações não aceites	3.775.171,16	3.732.082,83
Ajustamentos em inventários	536.493,17	282.860,73
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1.320.844,50	1.675.459,32
Provisões	(100.000,00)	(100.000,00)
Responsabilidades por benefícios de reforma	(3.249.828,29)	(2.761.387,98)
Outros	(375.340,89)	(375.751,40)
	4.072.055,01	4.622.238,86
Lucro tributável	63.996.652,10	55.327.961,26
Imposto	15.966.034,12	13.832.403,14
Derrama	958.055,80	829.919,42
Derrama estadual	1.546.759,66	1.333.199,02
Tributações autónomas	224.483,87	207.949,02
Ajustamentos a exercícios anteriores	(14.035,38)	(117.601,14)
Total de imposto corrente e ajustamentos	18.681.298,07	16.085.869,46
Efeito de impostos diferidos no exercício	(1.307.109,62)	(1.443.658,10)
Total dos gastos do exercício	17.374.188,45	14.642.211,36
Taxa efetiva de imposto do exercício	29%	24%

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2011	2010	2011	2010
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	1.546.911,20	1.455.037,34	-	-
Em inventários	91.891,35	94.551,52	-	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	2.723.363,81	3.665.814,01	-	-
Provisões	435.000,00	464.000,00	-	-
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	449.473,33	449.473,33	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	752.183,09	819.923,86	-	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais	-	-	7.575.628,61	7.903.233,52
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos Amortizáveis	-	-	20.871.004,07	21.806.049,43
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	-	13.714.850,00	13.921.531,27
Mais valias reinvestidas	-	-	50.817,77	52.027,23
Efeito da alteração de vidas úteis em 2009	-	-	1.871.127,11	2.379.942,38
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009	-	-	106.978,43	136.069,06
	5.998.822,78	6.948.800,06	44.190.405,99	46.198.852,89

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2012 e que corresponde a uma taxa de IRC de 25%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 2,5%, resultando numa taxa agregada de imposto de 29%. Exceção feita às diferenças temporárias cujo momento da reversão é conhecido e ocorrerá nos exercícios a findar em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, situações para as quais a taxa de Derrama Estadual considerada correspondeu a uma média de 4,6%, resultando numa taxa agregada de imposto de 31,1%.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como se segue:

	2011		2010	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	6.948.800,06	46.198.852,89	7.133.610,86	44.066.044,69
Efeito em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	91.873,86	-	58.377,32	-
Em inventários	(2.660,17)	-	(5.461,54)	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	(942.450,21)	-	(784.767,81)	-
Provisões	(29.000,00)	-	26.500,00	-
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	-	-	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	(76.560,76)	-	(78.493,27)	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais	-	(383.044,91)	-	(444.019,55)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis	-	(1.093.385,36)	-	(987.709,59)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	(241.541,28)	-	157.948,41
Mais valias reinvestidas	-	(1.414,28)	-	(1.292,36)
Efeito da alteração de vidas úteis em 2009	-	(594.985,59)	-	(543.693,73)
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009	-	(34.017,28)	-	(31.084,73)
Efeito da alteração de taxa de imposto	8.820,00	91.301,80	599.034,50	221.382,64
	(949.977,28)	(2.257.086,90)	(184.810,80)	(1.628.468,90)
Efeito em resultados transitados				
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	248.640,00	-	3.761.277,10
	-	248.640,00	-	3.761.277,10
Saldo final	5.998.822,78	44.190.405,99	6.948.800,06	46.198.852,89

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante de 248.640 Euros registado diretamente em resultados transitados reporta ao efeito da alteração da taxa de imposto sobre diferenças temporárias registadas anteriormente em reservas, nomeadamente reavaliações legais e livres englobadas na base de "Deemed cost" dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento em 1 de janeiro de 2009 – data de transição para IFRS.

11. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “Outros ativos não correntes” apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Outros devedores	7.998.500,94	9.083.744,76
Ativos com planos de benefício definido (Nota 18)	2.729.036,68	-
	10.727.537,62	9.083.744,76

A rubrica “Outros devedores” é composta por dívidas a receber, com planos de pagamento que envolvem prazos superiores a 1 ano. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos desta rubrica, nos montantes de 7.998.501 Euros (líquido da atualização da dívida no montante de 2.524.489 Euros) e 9.083.745 Euros (líquido da atualização da dívida no montante de 2.827.324 Euros) respetivamente, corresponde a dívidas de médio e longo prazo de “Outros devedores” e incluem essencialmente: (i) a dívida resultante da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer / Torres Vedras e Arruda dos Vinhos / Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual no prazo de 27 anos; e (ii) a dívida resultante da alienação de ativos relacionados com o Adutor de Alto Carenque / Mercês (neste caso apenas em 2010).

O plano de reembolso a valores nominais da dívida acima (ou seja, não considerando o efeito do desconto) discrimina-se como se segue:

	2011	2010
2012	-	1.394.242,00
2013	501.094,43	501.094,00
2014	501.094,43	501.094,00
> 2014	9.520.801,20	9.514.638,00
	10.522.990,06	11.911.068,00
Efeito de desconto da dívida	(2.524.489,12)	(2.827.323,24)
	7.998.500,94	9.083.744,76

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2011		2010			
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	255.916,73	(255.916,73)	-	265.089,72	(265.089,72)	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.207.991,23	(60.950,00)	1.147.041,23	1.187.434,91	(60.950,00)	1.126.484,91
	1.463.907,96	(316.866,73)	1.147.041,23	1.452.524,63	(326.039,72)	1.126.484,91

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	265.089,72	1.187.434,91	1.452.524,63
Compras	-	2.961.181,23	2.961.181,23
Regularizações	(9.172,99)	9.070,94	(102,05)
Saldo final	(255.916,73)	(1.207.991,23)	(1.463.907,96)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	2.949.695,85	2.949.695,85

	2010		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	285.698,74	1.306.086,68	1.591.785,42
Compras	-	2.697.749,07	2.697.749,07
Regularizações	(20.609,02)	(6.012,57)	(26.621,59)
Saldo final	(265.089,72)	(1.187.434,91)	(1.452.524,63)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	2.810.388,27	2.810.388,27

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011			
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	265.089,72	-	(9.172,99)	255.916,73
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60.950,00	-	-	60.950,00
	326.039,72	-	(9.172,99)	316.866,73

	2010			
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	285.698,74	-	(20.609,02)	265.089,72
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60.950,00	-	-	60.950,00
	346.648,74	-	(20.609,02)	326.039,72

13. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2011			2010		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes						
Clientes	22.952.292,22	(4.311.389,09)	18.640.903,13	23.584.367,14	(3.885.080,58)	19.699.286,56
	22.952.292,22	(4.311.389,09)	18.640.903,13	23.584.367,14	(3.885.080,58)	19.699.286,56
Outras contas a receber						
Pessoal	24.449,59	-	24.449,59	26.845,81	-	26.845,81
Clube de Golf das Amoreiras	1.383.245,78	(1.383.245,78)	-	1.373.245,78	(1.373.245,78)	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	12.120.206,80	-	12.120.206,80	8.945.055,53	-	8.945.055,53
Outros devedores	2.890.163,52	(409.729,24)	2.480.434,28	2.574.668,70	(415.036,70)	2.159.632,00
	16.418.065,69	(1.792.975,02)	14.625.090,67	12.919.815,82	(1.788.282,48)	11.131.533,34
	39.370.357,91	(6.104.364,11)	33.265.993,80	36.504.182,96	(5.673.363,06)	30.830.819,90

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 431.001,05 Euros (296.398,20 Euros em 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” nos montantes de 12.120.206,80 Euros e 8.945.055,53 Euros, respetivamente, compreende, essencialmente, o acréscimo de rendimento relativo a água por facturar, nos montantes de 11.245.469 Euros e 8.226.701 Euros, respetivamente.

A antiguidade dos saldos por receber, de clientes e outros devedores, em 31 de dezembro de 2011 é como se segue:

	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias	>120 dias	Total
Clientes	12.084.393,03	2.435.554,70	847.271,67	7.585.072,82		22.952.292,22
Outros devedores	1.171.656,90	224.390,28	148.292,51	8.671,30	1.337.152,53	2.890.163,52

14. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Gastos diferidos com seguros	948.040,75	853.194,10
Gastos diferidos com manutenção e assistência técnica	49.090,69	49.159,70
Outros gastos diferidos	45.412,89	17.388,26
	1.042.544,33	919.742,06

15. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco Euros, cada.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado

ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 Euros.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as outras reservas ascendiam a 22.171.377,45 Euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 24 de março de 2011, a 24.000.000 Euros. O seu pagamento ocorreu em 29 de abril de 2011.

Relativamente aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração propõe que seja pago um montante de 34.044.439,75 Euros. Estes dividendos estão sujeitos à aprovação dos

acionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro

- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, esse montante não é distribuível aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor das reservas de reavaliação (bruto) ascende a 31 de dezembro de 2011 e 2010 a, aproximadamente, 256.500.000 Euros e encontram-se incluídas no saldo da rubrica "Resultados transitados".

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e correspondente incremento por via das reavaliações atrás indicadas (legais e livres), líquidas de amortizações acumuladas, é o que se segue:

	2011						
	Terrenos	Imposto Diferido	Subtotal	Ativos Amortizáveis	Imposto Diferido	Subtotal	Total
Custos históricos, líquidos	16.769.063	-	16.769.063	448.175.037	-	448.175.037	464.944.100
Reavaliações legais, líquidas	32.992.766	-	32.992.766	64.829.212	(7.575.629)	57.253.584	90.246.350
Reavaliações livres, líquidas	63.799.778	(13.714.850)	50.084.928	71.422.980	(20.871.004)	50.551.975	100.636.903
Deemed cost, líquido	113.561.607	(13.714.850)	99.846.757	584.427.229	(28.446.633)	555.980.596	655.827.353

	2010						
	Terrenos	Imposto Diferido	Subtotal	Ativos Amortizáveis	Imposto Diferido	Subtotal	Total
Custos históricos, líquidos	16.769.063	-	16.769.063	462.620.661	-	462.620.661	479.389.724
Reavaliações legais, líquidas	32.992.766	-	32.992.766	68.131.323	(7.903.234)	60.228.089	93.220.855
Reavaliações livres, líquidas	63.799.778	(13.921.531)	49.878.247	75.193.274	(21.806.049)	53.387.225	103.265.472
Deemed cost, líquido	113.561.607	(13.921.531)	99.640.076	605.945.258	(29.709.283)	576.235.975	675.876.051

O valor das reservas de reavaliação legais ascende a 31 de dezembro de 2011 e 2010 a 338.126.589,71 e 338.180.161,99 Euros, respetivamente.

16. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	Notas	2011	2010
Fornecedores			
Fornecedores, conta corrente		12.137.560,49	27.234.885,76
Fornecedores, faturas em recepção e conferência		22.005,80	28.662,33
Fornecedores de investimentos		2.878.366,74	3.637.961,12
		15.037.933,03	30.901.509,21
Outras contas a pagar:			
Outros credores:			
CML - Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)		12.042.614,66	12.270.498,53
CML - Tarifa Adicional (Portaria 309/84)		1.123.646,63	1.433.461,18
Credores diversos		95.660,76	15.658,66
Credores por acréscimos de gastos:			
Juros a pagar		-	936.924,62
Seguros a liquidar		150.942,26	135.743,74
Outros acréscimos de gastos		1.356.224,06	1.380.055,69
Acionistas - outras operações	28	8.681.576,41	6.139.852,09
Pessoal:			
Férias e subsídio de férias		1.431.751,83	3.198.973,85
Outras dívidas ao pessoal		100.699,91	131.107,30
Adiantamento de clientes		346.135,40	146.330,75
Diferimentos passivos		1.867,77	1.867,77
		25.331.119,69	25.790.474,18
		40.369.052,72	56.691.983,39

A redução da rubrica “Fornecedores, conta corrente”, resulta do pagamento de taxas de subsolo, relativas a anos anteriores, à Câmara Municipal de Lisboa (“CML”), decorrente da resolução de um protocolo assinado no exercício de 2011 entre as duas entidades (Nota 19).

Com efeitos a partir do exercício de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registado nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar à entidade AdP SGPS. Desta forma, o montante de 8.681.576,41 Euros registado na rubrica “Acionistas – outras operações” em 31 de dezembro de 2011, respeita: (i) ao valor de imposto sobre o rendimento a pagar de 2011, no montante de 18.067.566,01 Euros (Nota 10); (ii) acrescido dos ajustamentos

a impostos correntes de períodos anteriores, no montante de 627.767,44 Euros (Nota 10); e (iii) deduzido por pagamentos por conta e retenções na fonte, nos montantes de 9.308.875,53 Euros, e 704.881,51 Euros, respetivamente.

No decurso do exercício de 2011, a Empresa passou a registar os juros a liquidar na rubrica “Financiamentos obtidos”, quando no exercício anterior estavam registados na rubrica “Outras contas a pagar” e ascendiam a 936.924,62 Euros.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” respeita, essencialmente, ao acréscimo de gastos para electricidade no valor de 825.723 Euros (703.307 Euros em 2010).

A redução verificada na rubrica “Férias e subsídio de férias” é explicada pelos impactos decorrentes do Orçamento de Estado para 2012, com efeito nos subsídios de férias.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, como segue:

Entidade financiadora	2011			2010			Vencimento	Tipo de amortização	
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado				
		Corrente	Não Corrente		Corrente	Não Corrente			
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Ao investimento - Empréstimos "EPAL II e III"	BEI	240.221.116,49	16.971.464,50	222.356.429,06	252.132.691,44	12.804.797,84	239.327.893,58	Entre 2017 e 2030	Semestral
Juros a liquidar			893.222,89						
		240.221.116,49	17.864.687,39	222.356.429,06	252.132.691,44	12.804.797,84	239.327.893,58		

Os empréstimos foram contraídos em Euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 52,8% da dívida à taxa fixa, com juros calculados ao semestre; e
- 47,2% da dívida à taxa variável, com juros calculados ao trimestre.

De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações signifi-

cativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (Nota 29).

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2011 e 2010 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2011		2010	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2012	-	-	15.582.575,65	5.270.139,90
2013	18.360.353,40	5.266.549,05	18.360.353,40	4.856.421,67
2014	18.360.353,40	4.808.401,84	18.360.353,40	4.433.255,17
2015	18.360.353,40	4.350.254,63	18.360.353,50	4.010.088,67
2016	18.360.353,40	3.895.523,71	18.360.353,40	3.589.458,93
2017 e seguintes	148.915.015,46	20.775.507,72	150.303.904,23	19.239.286,72
	222.356.429,06	39.096.236,95	239.327.893,58	41.398.651,06

17. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os “Subsídios ao Investimento” apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2011	Rédito por reconhecer em 2010
Subsídios relacionados com ativos:						
COMPART. TORRES/MAFRA	1.215.795,31	1.215.795,31	-	1.215.795,31	-	-
FEDER C.BODE	11.326.074,49	11.326.074,49	-	11.326.074,49	-	-
FEDER TORRES/MAFRA	3.698.332,02	3.698.332,02	-	3.698.332,02	-	-
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216.801,06	216.801,06	6.376,56	121.154,01	95.647,05	102.023,61
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5.684.191,67	5.684.191,67	183.361,08	3.483.859,92	2.200.331,75	2.383.692,83
COMPART. OURÉM	550.553,17	550.553,17	17.759,76	337.435,65	213.117,52	230.877,28
COMPART. T.NOVAS	435.314,68	435.314,68	14.042,40	266.805,64	168.509,04	182.551,44
COMPART. TOMAR	497.804,04	497.804,04	16.058,16	305.105,39	192.698,65	208.756,81
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3.027.720,39	3.027.720,39	97.668,36	1.855.699,21	1.172.021,18	1.269.689,54
COMPART. ENTRONCAMENTO	4.958,60	4.958,60	159,96	3.039,13	1.919,47	2.079,43
COMPART. V.N.BARQUINHA	72.725,64	72.725,64	2.346,00	39.881,93	32.843,71	35.189,71
FUNDO COESÃO ETA ASSEICEIRA	4.060.876,56	4.060.876,56	-	4.060.876,56	-	-
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11.125.239,06	11.125.239,06	358.878,72	6.100.937,96	5.024.301,10	5.383.179,82
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7.635.576,47	7.635.576,47	381.778,80	6.872.018,52	763.557,95	1.145.336,75
FUNDO COESÃO V.F.XIRA/AEROPORTO	912.876,57	912.876,57	-	912.876,57	-	-
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9.405.370,39	9.405.370,39	188.107,44	3.197.826,26	6.207.544,13	6.395.651,57
COMPART RESERV PATRIARCAL	74.819,68	74.819,68	3.741,00	67.337,89	7.481,79	11.222,79
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22.472.816,68	22.472.816,68	449.456,28	7.191.300,74	15.281.515,94	15.730.972,22
SANTA MARGARIDA	274.338,84	274.338,84	5.486,76	87.788,32	186.550,52	192.037,28
MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA	4.472.788,99	4.472.788,99	131.552,64	1.841.736,92	2.631.052,07	2.762.604,71
COMPARTICIPAÇÃO CON STÂNCIA	87.104,31	87.104,31	2.809,80	47.766,69	39.337,62	42.147,42
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139.940,94	139.940,94	4.115,88	57.622,43	82.318,51	86.434,39
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139.940,94	139.940,94	4.115,88	57.622,43	82.318,51	86.434,39
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66.118,09	66.118,09	1.944,60	27.224,56	38.893,53	40.838,13
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66.118,09	66.118,09	1.944,60	27.224,56	38.893,53	40.838,13
PROJETO SIURE	113.057,53	113.057,53	-	113.057,53	-	-
PROJETO SPRINT	21.604,38	21.604,38	-	-	21.604,38	21.604,38
EDP CORPORATE	86.032,00	86.032,00	10.754,04	11.650,21	74.381,79	85.135,83
	87.884.890,59	87.884.890,59	1.882.458,72	53.328.050,85	34.556.839,74	36.439.298,46

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes os montantes registados como ganho do exercício:

	2011	2010
Subsídios ao investimento	1.882.458,72	1.872.600,85
	1.882.458,72	1.872.600,85

18. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores e sindicatos, nomeadamente no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Benefícios pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios de 2011 e 2010, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram como segue:

	2011	2010
Contribuições da Empresa	502.742,10	510.923,10
Contribuições dos colaboradores	26.389,80	29.121,50
	529.131,90	540.044,60

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ascendeu a 502.742,10 Euros (510.923,10 Euros em 2010) (Nota 23).

Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2011 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2011	2010
Taxa de desconto	4.75%	4.5%
Retorno esperado dos ativos do plano	4.5%	4.5%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2.5%	2.5%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	2.5%	2.5%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	2.5%	2.5%

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2011	2010
Custo dos serviços correntes	233.000,00	249.000,00
Custo de juros	2.030.000,00	2.419.000,00
Retorno esperado dos ativos do plano	(1.584.000,00)	(1.785.000,00)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(175.000,00)	(5.000,00)
Valor atual de pré-reformas do exercício	584.000,00	1.753.000,00
Total de gastos (Nota 23)	1.088.000,00	2.631.000,00

As perdas/ganhos atuariais diferidas que excederem o limite de 10% do valor dos fundos afetos à cobertura das responsabilidades da Empresa ou 10% do valor das responsabilidades com serviços passados, dos dois o mais alto, são reconhecidas pelo período compreendido entre a idade média da população ativa e a idade de reforma, com início no exercício seguinte em que tal situação se verifica.

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010 as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2011	2010
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	33.801.150,00	35.611.941,00
Justo valor dos ativos do fundo	35.360.261,00	36.267.749,00
	(1.559.111,00)	(655.808,00)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	9.142.012,00	12.174.628,00
	7.582.901,00	11.518.820,00
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	1.808.008,69	1.121.917,98
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	9.390.909,69	12.640.737,98
Ativo com planos de benefícios definidos (Nota 11)	2.729.036,68	-
Passivo com planos de benefícios definidos	12.119.946,37	12.640.737,98

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 12.119.946,37 Euros (9.390.909,69 Euros, líquido do activo) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (12.640.737,98 Euros, em 2010).

Os movimentos no valor presente da obrigação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, são descritos conforme se segue:

	2011	2010
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	47.786.569,00	48.900.000,00
Custo dos serviços correntes	233.000,00	249.000,00
Custo de juros	2.030.000,00	2.419.000,00
(Ganhos)/perdas atuariais	(2.476.806,28)	24.706,83
Benefícios pagos	(5.213.600,97)	(5.559.000,00)
Valor atual de pré-reformas do exercício	584.000,00	1.752.862,17
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	42.943.161,75	47.786.569,00

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano foram os seguintes:

	2011	2010
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	36.267.749,00	35.043.000,00
Retorno esperado dos ativos	1.584.415,36	1.785.000,00
Ganhos/(perdas) atuariais	(1.616.130,68)	(593.910,00)
Contribuições para o fundo	1.312.642,68	2.069.659,00
Benefícios pagos	(2.188.415,36)	(2.036.000,00)
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	35.360.261,00	36.267.749,00

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Instrumentos de capital próprio	11.528.243,50	11.421.233,51
Instrumentos de dívida	22.243.485,47	19.017.987,43
Imóveis	-	-
Outros	1.588.532,47	5.828.528,06
	35.360.261,44	36.267.749,00

19. PROVISÕES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	213.958,83	60.771,64	(114.613,11)	(14.347,80)	145.769,56
Acidentes de trabalho	149.986,30	4.591,38	-	-	154.577,68
Outras provisões	1.671.999,78	-	(100.000,00)	-	1.571.999,78
	2.035.944,91	65.363,02	(214.613,11)	(14.347,80)	1.872.347,02

	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	10.946.843,16	16.897,35	(10.749.781,68)	-	213.958,83
Acidentes de trabalho	141.572,34	8.413,96	-	-	149.986,30
Outras provisões	1.861.999,78	100.000,00	(290.000,00)	-	1.671.999,78
	12.950.415,28	125.311,31	(11.039.781,68)	-	2.035.944,91

No dia 15 de Fevereiro de 2011, a Empresa celebrou uma Adenda a um Protocolo de Colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa ("CML"), segundo o qual a Empresa deixou de ter a responsabilidade com o pagamento de quaisquer coimas ou juros de mora associados a taxas de subsolo relativas a anos anteriores. O termos da mesma Adenda foram aprovados por cada uma das entidades durante o exercício de 2010.

Na sequência deste acontecimento, foi registada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, uma reversão da provisão constituída, em períodos anteriores, para fazer face à obrigação de pagamento dos referidos juros e coimas, a qual ascendia a 10.675.024,28 Euros.

A rubrica “Outras provisões destina-se a fazer face a riscos decorrentes da atividade da empresa.

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		266.000,07	-	327.718,59
Imposto sobre o valor acrescentado	-	285.438,95	-	278.807,20
Contribuições para a Segurança Social	-	491.073,88	-	538.677,71
Taxa de recursos hídricos	-	3.375.887,41	-	3.459.634,91
	-	4.418.400,31	-	4.604.838,41

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento, deduzida de pagamentos por conta e retenções na fonte, passou a representar uma conta a pagar à entidade AdP SGPS (Nota 16).

21. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Venda de água e quota de serviço	145.650.069,25	145.447.750,46
Prestação de serviços	1.388.076,01	2.006.968,24
	147.038.145,26	147.454.718,70

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Eletricidade	11.171.426,86	9.784.240,05
Trabalhos especializados	6.052.224,44	7.375.102,67
Conservação e reparação	4.978.179,81	6.731.718,97
Comunicação	1.515.604,54	1.981.991,75
Rendas e alugueres	1.362.449,00	1.299.382,02
Seguros	1.011.814,14	1.160.116,57
Subcontratos	970.025,33	1.163.470,72
Vigilância e segurança	868.075,71	971.043,74
Combustíveis	657.555,98	552.606,58
Limpeza, higiene e conforto	630.360,30	696.439,27
Publicidade e propaganda	249.496,68	513.416,09
Outros fornecimentos e serviços externos	5.675.459,72	7.001.539,64
	35.142.672,51	39.231.068,07

23. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	389.767,69	469.419,66
Remunerações do pessoal	17.620.757,93	21.048.488,95
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (Nota 18)	502.742,10	510.923,10
Benefício definido e pré-reformas (Nota 18)	1.088.000,00	2.631.000,00
Indemnizações	88.367,00	161.928,57
Encargos sobre remunerações	4.129.052,40	4.857.133,25
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	84.854,22	107.346,70
Gastos de ação social	1.524.009,31	1.508.775,86
Formação	235.234,00	292.590,82
Outros	87.901,67	64.134,44
	25.750.686,32	31.651.741,35

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, ascendia a 743 e 750 pessoas, respetivamente.

24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares	2.815.076,08	2.231.013,66
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	83.141,61	98.997,91
Ganhos em inventários	9.536,54	-
Diferenças de câmbio favoráveis	291,27	558,40
Subsídios à exploração	-	7.027,91
Outros	164.820,55	59.878,56
	3.072.866,13	2.397.476,44

A rubrica “Rendimentos suplementares” que em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ascende a 2.815.076,08 Euros e 2.231.013,66 Euros, respetivamente, compreende, essencialmente: (i) assistência técnica relativa ao sistema informático Aquamatrix, no montante de 1.722.527,46 Euros (1.688.296,88 Euros em 2010); e (ii) tarifa de saneamento, no montante de 328.329,16 Euros (326.584,80 Euros em 2010).

25. OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos e taxas	938.073,22	1.162.450,75
Indemnizações por roturas	104.626,61	169.451,38
Donativos	56.410,79	193.538,78
Quotizações	27.942,17	34.888,00
Outros	260.412,21	167.632,88
	1.387.465,00	1.727.961,79

26. AMORTIZAÇÕES

A composição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	24.309.953,47	23.433.570,52
Propriedades de investimento (Nota 7)	94.778,98	100.513,26
	24.404.732,45	23.534.083,78

27. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	3.219.422,12	1.225.914,19
Outros	471,99	1.738,11
Outros rendimentos similares	456.663,75	231.656,23
	3.676.557,86	1.459.308,53

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

	Notas	2011	2010
Juros suportados:			
Financiamentos bancários	3.17	5.846.560,98	4.345.596,05
Outros financiamentos		4.837,93	1.057,29
		5.851.398,91	4.346.653,34

28. PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

Empresas participadas

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
Fundec	Lisboa				1.500,00	-	1.500,00

Movimentos ocorridos

	Saldo inicial	Reforços	Reduções	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo	250.000,00	-	-	250.000,00
Partes de capital em outras empresas participadas	1.500,00	-	-	1.500,00
Perdas por imparidade	(250.000,00)	-	-	(250.000,00)
	1.500,00	-	-	1.500,00

Transações com empresas do grupo em 31 de dezembro de 2011:

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	-	3.271,22	-	2.715.805,13
AdP Serviços	3.102,02	-	-	1.094.208,13
Aquasis	-	-	-	99.130,00
Águas do Centro	808.857,04	-	-	-
Águas Oeste	11.047.059,99	-	168.539,20	-
Sanest	-	1.050,00	-	-
Simtejo	144.006,19	-	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	4.626,01	-	-
Águas Algarve	-	96.181,00	-	-
Águas do Noroeste	476,50	446,99	-	-
Águas S. André	-	18.626,82	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	168.214,59	-	-
E.G.F.	-	-	-	2.974,36
Valorsul	10.113,23	-	-	-
AdP Internacional	-	-	-	-
	12.013.614,97	292.416,63	168.539,20	3.912.117,62

Transações com empresas do grupo em 31 de dezembro de 2010:

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	-	-	-	2.739.240,93
AdP Serviços	2.639,87	-	-	1.059.773,85
Aquasis	-	-	-	2.100,00
Águas do Centro	123.615,24	-	-	-
Águas Oeste	7.514.453,32	-	126.888,16	-
Simtejo	69.276,39	2.100,00	-	-
Águas do Norte Alentejano	-	2.481,25	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	9.149,12	-	-
Águas Algarve	-	95.573,04	-	-
Águas do Noroeste	-	604,04	-	-
Águas S. André	-	18.222,75	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	47.066,43	-	-
E.G.F.	-	-	-	7.363,39
Valorsul	21.512,21	-	-	-
AdP Internacional	-	178.949,52	-	-
	7.731.497,03	354.146,15	126.888,16	3.808.478,17

Saldos com empresas do grupo em 31 de dezembro de 2011:

	Clientes	Fornecedores	Outros Devedores	Acréscimo de rendimentos	Acréscimo de gastos	Outras Contas a Pagar (Nota 16)
AdP SGPS	-	485.137,20	1.018,51	-	36.292,69	8.681.576,41
AdP Serviços	677,35	57.777,49	-	-	3.173,13	-
Aquasis	-	18.615,61	-	-	-	-
Águas do Centro	124.196,41	-	-	-	-	-
Águas Oeste	1.835.113,15	-	11.024.084,83	2.761.429,33	-	-
Simtejo	10.758,68	-	-	-	-	-
Águas Algarve	-	-	88.726,98	-	-	-
Águas do Noroeste	549,80	-	-	-	-	-
Águas S. André	-	-	1.917,41	-	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	34.796,34	-	-	-
Valorsul	492,36	-	-	-	-	-
AdP Internacional	169.563,17	-	-	-	-	-
	2.141.350,92	561.530,30	11.150.544,07	2.761.429,33	39.465,82	8.681.576,41

Saldos com empresas do grupo em 31 de dezembro de 2010:

	Clientes	Fornecedores	Outros Devedores	Acréscimo de rendimentos	Acréscimo de gastos	Outras Contas a Pagar (Nota 16)
AdP SGPS	-	223.759,45	-	-	6.367,54	6.139.852,09
AdP Serviços	335,29	76.520,01	-	-	61.094,18	-
Aquasis	-	129.910,15	-	-	105.900,00	-
Águas do Centro	60.225,90	-	-	-	-	-
Águas Oeste	627.701,15	-	11.525.179,60	1.102.026,80	-	-
Simtejo	5.431,82	-	-	-	-	-
Águas do Norte Alentejano	3.462,36	-	-	-	-	-
Águas do Centro Alentejo	2.711,91	-	-	-	-	-
Águas Algarve	-	-	28.693,04	-	-	-
Águas S. André	-	-	1.806,86	-	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	19.561,39	-	-	-
Valorsul	1.325,11	-	-	-	-	-
AdP Internacional	169.563,17	-	-	-	-	-
	870.756,71	430.189,61	11.575.240,89	1.102.026,80	173.361,72	6.139.852,09

29. PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada, e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2011	2010
Câmaras Municipais	-	29.615.686
Banco Europeu de Investimento (Nota 16)	25.651.718	12.564.880
Tribunais	5.433.496	5.433.496
Outros	274.604	264.304
	31.359.818	47.878.366

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Presidente	Senha de presença no valor de € 633,4
Vice-presidente	Senha de presença no valor de € 475,0
Secretaria	Senha de presença no valor de € 316,7

Remunerações, regalias e benefícios sociais do Conselho de Administração

	Presidente João Fidalgo	Vogal Bento Franco	Vogal Manita Vaz	Vogal Rui Godinho
1. Remunerações				
1.1. Remuneração base anual €	a)	110.250	110.250	110.250
1.2. Remuneração decorrente da Lei 12-A/2010 €	a)	5.513	5.513	5.513
1.3. Remuneração decorrente da Lei 55-A/2010 €	a)	10.473	10.473	10.473
1.4. Remuneração anual efectiva €	a)	94.263	94.263	94.263
1.5. Senha de presença €	a)	N	N	N
1.6. Acumulação de funções de gestão €	a)	N	N	N
1.7. Remuneração variável €	a)	N	N	N
1.8. IHT – Isenção de horário de trabalho €	a)	N	N	N
1.9. Outras €	a)	N	N	N
2. Outras regalias e compensações				
2.1. Plafond anual em comunicações móveis €	2.095	2.095	2.095	2.095
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis €	67	592	656	597
2.3. Subsídio de deslocação €	a)	N	N	N
2.4. Subsídio de refeição €	a)	1.590	1.590	1.590
2.5. Outras €	a)	N	N	N
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de proteção social €	a)	6.158	14.649	14.649
3.2. Seguros de saúde €	a)	985	712	N
3.3. Seguros de vida €	a)	2.098	2.264	N
3.4. Seguro de acidentes pessoais €	a)	N	N	N
3.5. Outros €	a)	N	N	N

4. Parque automóvel	a)			
4.1. Marca	a)	AUDI	BMW	CITROEN
4.2. Modelo	a)	A4 2.0 TDI	320D	CS 2.0 HDI
4.3. Matrícula	a)	40-GZ-57	75-GX-17	67-GV-85
4.4. Modalidade de utilização	a)	AO	AO	AO
4.5. Valor de referência da viatura nova €	a)	36.748,64	35.280,95	34.190,06
4.6. Ano início	a)	2008	2008	2008
4.7. Ano termo	a)	2012	2012	2012
4.8. Número de prestações	a)	48	48	48
4.9. Valor residual €	a)	22.414,22	19.700,41	18.456,06
4.10. Valor de renda/prestação anual €	a)	8.021,88	7.710,36	8.175,49
4.11. Combustível gasto com a viatura €	a)	2.787,83	2.613,75	3.840,06
4.12. Plafond anual de combustível atribuído €	a)	N	N	N
4.13. Outros	a)	N	N	N
4.13.1. Seguro €	a)	627,29	601,31	555,18
4.13.2. Manutenção €	a)	166,61	530,12	2.211,80
4.13.3. Estacionamento €	a)	5,80	4	N
4.13.4. Portagens €	a)	683,38	260,53	673,42
5. Informações adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem	a)	N	N	N
5.2. Remuneração ilíquida anual pelo lugar de origem	a)	N	N	N
5.3. Regime de proteção social	a)			
5.3.1. Segurança social	a)	S	S	N
5.3.2. Outro	a)	N	N	ADSE
5.4. Exercício de funções remuneradas fora grupo	a)	N	N	N
5.5. Outras	a)	N	N	N

a) As funções de Presidente do CA foram exercidas em acumulação com o cargo de Administrador Executivo da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, empresa que assumiu os encargos relativos a remunerações, regalias e benefícios sociais. As informações relativas a estes aspectos constam do Relatório Anual da AdP

Honorários acordados com o Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais acordados sobre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 com o Revisor Oficial de Contas, sem IVA, são detalhados conforme se segue:

Tipo de serviços	Honorários faturados	
	2011	2010
Revisão legal das contas anuais	32.825,00	22.845,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	11.900,00	10.200,00
Consultoria fiscal	12.500,00	30.700,00
	57.225,00	63.745,00

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi determinado conforme segue:

	2011	2010
Resultados:		
Resultado líquido do exercício	42.555.549,69	45.887.091,77
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	30.000.000	30.000.000
Resultado por ação básico	1,42	1,53

A Diretora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

A scenic view of a park with tall, thin trees and a body of water, with the text "Relatório e Parecer Fiscal Único" overlaid in white.

Relatório e Parecer Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em cumprimento do disposto no Art.º 452.º do Código das Sociedades Comerciais, o Fiscal Único da EPAL, S.A. apresenta o seu Relatório anual de actividade e emite Parecer sobre a Certificação Legal das Contas, Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício de 2011.

I. RELATÓRIO

No âmbito das suas atribuições e fiscal único controlou a gestão da empresa nos setores essenciais de atividade, tendo como elementos básicos de análise as demonstrações financeiras mensais, programa de investimentos e indicadores do desempenho económico e financeiro. Foram ainda examinados os elementos de informação de gestão nos âmbitos comercial e operacional, considerando-se, neste âmbito, o balanço vívido, a manutenção das infra-estruturas hídricas com impacto no abastecimento dos clientes e os indicadores de recursos humanos. No decurso do exercício foram elaborados relatórios trimestrais sobre a evolução da gestão, com especial referência para os setores de atividade mais representativos de funcionamento da empresa.

Para a consecução dos objetivos propostos, as tarefas do fiscal único consistiram, basicamente no seguinte:

- Confirmação da titularidade dos bens e valores que integram o património da empresa, tendo-se verificado que os elementos do ativo fixo tangível estão registados ao custo de aquisição ou de produção, tendo os terrenos e edifícios sido revalorizados ao justo valor na data da transição para os IAS/IFRS. As depreciações e amortizações dos bens, num total de 24,4 M €, foram reconhecidas nos gastos do exercício pelo método de quotas constantes, por doteáveis, e com base nas taxas rácionas baseadas na vida útil estimado dos bens.
- Verificação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas e critérios de valorização dos ativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais se encontram adequadamente divulgados no Anexo, em condições de transparência, ajustadamente, à posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em 2011.
- Controlo da execução financeira dos orçamentos anuais, tendo por referência os valores orçamentados e as variações registadas em termos homólogos. Ressaldamos que o orçamento de exploração registou um índice de realização global satisfatório, face aos desvios e variações homólogas apontadas. Neste sentido, sublinha-se o desvio

desafetividade do volume de negócios, de apenas 1,6%, e a sua variação homóloga com uma expressão irrelevante. O resultado operacional (EBIT) regista um desvio positivo de 1,2%, sendo a variação homóloga, negativa em 2,1%. Salientamos, também, como fator positivo do desempenho económico, os valores atingidos pelo cashflow operacional (EBITDA), no montante de 82,5 M € e variação positiva de 11,1% face ao ano anterior.

- No âmbito do programa de investimentos, sublinha-se que o índice de realização financeira atingiu 41%, face ao valor previsto, podendo a quota de execução de 50% ser justificada, em alguma medida, pelas orientações estabelecidas no Plano de Estabilidade e Crescimento para 2011. A empresa considerou, neste sentido, como prioritário, o investimento alocado à garantia da capacidade, fiabilidade e segurança dos sistemas de abastecimento de água, sendo o fim de os “gestos” neste área terem observado 80% de dotação do P. anual.
- Analisada a balança hídrica da empresa nos ciclos de captação, tratamento e faturação, verificamos que os respectivos volumes anuais têm mantido tendência de redução progressiva desde 2008, sendo de menor expressão a verificada na água vendida, com índice de apenas 1,6% em 2011. Na origem do decréscimo das vendas operam-se os Clientes Municipais e, com menor expressão, os clientes diretos, dado que os Clientes Multirresidenciais registam um crescimento na faturação de 21%, face ao ano anterior. Ressalva-se também o facto de a água não litada (perda) ser registada em 2011 um índice de apenas 10%, que reflete uma redução na perda de 4,5 M m³. Acrescentamos que o índice atingido de 10% pode ser considerado, de acordo com os dados conhecidos, como um dos mais baixos no setor da empresa.
- A situação financeira da EPAL mantém os indicadores próprios de uma estrutura sólida e equilibrada, com acentuado reforço em 2011. Tal situação é sustentada, deagradamente, pelos índices de liquidez, solvabilidade, autonomia e capacidade de endividamento. A nosso ver, a EPAL usufrui, no momento actual, de uma situação financeira que lhe permite manter um crescimento sustentado, em excelentes condições de operacionalidade. Tal situação também se reflete pelo incremento do valor do EBITDA recorrente, com valores posicionados entre os 74 M € a 86 M €, e com uma subida de 10,1 M € em 2011, pese embora a estabilidade verificada no volume de negócios.
- O fiscal único entende relevante a importância da estratégia que tem vindo a ser seguida pela empresa no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado, em paralelo com a manutenção de um perfil financeiro sustentável, conjugado com um justo e adequado retorno dos capitais empregues. Estas medidas, ao visarem a melhoria da eficiência operacional com base na implementação de um sistema de gestão de qualidade, orientam as condições que asseguram o actual modelo de gestão, cujo impacto no económico da empresa se tem reflectido, de forma inequívoca, numa evolução crescente dos resultados.

António Dias Nabais
E-mail: anabais@epal.pt

- Salientamos, por último, o bom posicionamento da empresa quanto à cobertura das suas responsabilidades com os Fundos de Pensões do Pessoal, tendo em conta que os encargos previstos para o financiamento do Fundo de Benefício Definido, que no final de 2011 atinge 35,4 M €, já têm um índice de cobertura de 122%, de acordo com os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP. A EPAL contribui, para tanto, com uma dotação de 1,3 M € no exercício de 2011.
- É nossa opinião que o Relatório do Gestão está formalmente de acordo com as demonstrações financeiras, e que a Proposta de Aplicação dos Resultados cumpre os requisitos estabelecidos pelo C.S.C., designadamente no que se refere aos lucros a incorporar nas Reservas Livres.

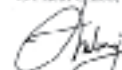
2. PARECER

O Fiscal Único concorda com a Certificação Legal das Contas emitida pela Deloitte & Associados, S.A., sendo também de parecer que estão em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

- o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2011,
 - a Proposta de Aplicação dos Resultados,
- nos termos propostos pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 19 de Março de 2012

O Fiscal Único,



(António Dias Nabais)



Certificação
Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anuais da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de 902.162.869 Euros e capitais próprios de 524.414.751 Euros, incluindo um resultado líquido de 42.555.550 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, do Resultado Integral, das Alterações ao Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a implementação de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame das referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directivas de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revizores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão livres de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, sobre base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui, igualmente, a apreciação sobre se foi adoptada as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangia também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

**Relato sobre outros requisitos legais**

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concorrente com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de Março de 2012

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Felas Costa da Silva

